



Anais da Assembléia

Nº 104

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 28 DE AGOSTO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** – 10: Albanor J. F. Gomes - Duflio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** – 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** – 01: Jocelito Canto.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 1995
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Berardin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO nº 348/95-GLG

Curitiba, 25.08.95

Senhor Presidente.

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para comunicar a Vossa Excelência que, em data de 28/08 próxima segunda-feira, não poderei participar da Sessão Plenária por motivo de viagem à Cidade de Itararé, Estado de São Paulo, onde estarei recebendo "Título de Cidadão Itara-reense", em Sessão Solene na Câmara Municipal daquele município.

Solicito a Vossa Excelência que seja dada ciência em horário de Sessão Plenária, aos demais Parlamentares desta Casa de Leis.

Certo da proverbial atenção, antecipo votos de sinceros agradecimentos.

Sala das Sessões, em 28.08.95.

(a) ALGACI TÚLIO

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2415

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Resolução nº 45/95, que altera o Memorial Descritivo do futuro Município de Palmeirinha.

Sala das Sessões, em 28.08.95.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 2427

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Regime de Urgência ao Projeto de Resolução nº 21/95 de autoria do Deputado Anibal Khury que autoriza a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação de Manfrinópolis, desmembrado de Salgado Filho.

Sala das Sessões, em 28.08.95.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 2411

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.08.95.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

REQUERIMENTO Nº 2416

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o douto Plenário REQUER, o envio de expediente ao Prefeito Municipal de Quintandinha com votos de pesar pelo acidente com a Kombi daquela municipalidade que vitimou 03 (três) de seus ocupantes. Votos de pesar extensivos aos familiares.

Sala das Sessões, em 28.08.95.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Um acidente ocorrido na BR-116 nas

Curitiba, segunda, em 28.08.95

proximidades da Vila São Pedro, Curitiba ceifou a vida de 03 (três) pessoas que ocupavam uma Kombi da Prefeitura Municipal de Quitandinha.

A violência no trânsito continua fazendo vítimas em certos casos inocentes que a merce de irresponsáveis ao volante de veículos enlutaram familiares que jamais terão de volta seus entes queridos.

O Município de Quitandinha está enlutado e nos juntamos às dores dos munícipes e dos familiares das vítimas.

REQUERIMENTO N° 2421

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na Ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Antonio Spinardi, em 27.07.95.

Pessoa de grande número de amigos, deixa família e amigos enlutados.

Requer ainda que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada à Rua João Ribeiro, 628, Uvaranas, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 28.08.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2422

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na Ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Edmundo Woinorvski, em 26.07.95.

Pessoa de grande número de amigos, deixa família e amigos enlutados.

Requer ainda que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada à Rua Marques de Maricá, 346, São José, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 28.08.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2434

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento ocorrido no dia 26.08.95, do Sr. Leonildo Zannoni.

O extinto era pessoa muito querida em toda Região Metropolitana, pois exerceu o mandato de Vereador em Campina Grande do Sul e posteriormente em Quatro Barras.

Requer ainda que da decisão deste Plenário seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28.08.95

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2435

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Feio Ribeiro, ocorrido no dia 26 próximo passado, na Cidade de Maringá.

Tal passamento veio consternar os meios empresariais de nosso Estado onde o mesmo desfrutava de grande estima pelas suas qualidades pessoais e capacidade de trabalho.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Ribeiro, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

Sala das Sessões, em 28.08.95

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO N° 2440

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do funcionário desta Casa de Leis, Sr. Dionísio de Paula Cavalheiro, ocorrido no dia 24 deste mês.

Sala das Sessões, em 28.08.95

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO N° 2429

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Colégio Estadual Júlio Teodorico, pela comemoração de seus 60 anos de existência.

O Colégio Júlio Teodorico, localizado na Cidade de Ponta Grossa, vem ao longo de 60 anos promovendo a educação e o desenvolvimento de milhares de jovens que um dia ali estudaram.

Para comemorar tão importante data a Diretoria da Instituição promoveu o "Encontro de Gerações", reunindo ex-alunos e ex-professores, com os atuais alunos e professores.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Colégio Júlio Teodorico, em nome de sua Diretoria, ex-diretores, alunos, ex-alunos, professores, ex-professores, funcionários, APM e a todos que de uma forma ou de outra colaboraram para com os eventos promovidos pelo colégio.

Sala das Sessões, em 28.08.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2431

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Colégio Sagrada Família, de Ponta Grossa, pela realização da "III Tarde do Pequeno Aprendiz".

A "Tarde do Pequeno Aprendiz", foi realizada através de uma exposição com o objetivo de incentivar as crianças a pesquisa, despertando a consciência cidadã de participação.

O evento contou com a presença de mais de duas mil pessoas entre alunos, professores, pais, visitantes e pessoas da comunidade ponta-grossense.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Colégio Sagrada Família, em nome de sua Diretoria, alunos, APM, funcionários, professores e demais pessoas que participaram da organização do evento.

Sala das Sessões, em 28.08.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2430

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata, de voto de regozijo pelo lançamento do Jornal "Farol dos Bairros" nesta Cidade de Curitiba.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, os bairros do Bom Retiro, Pilarzinho, Mercês, Ahú, Abranches, São Francisco, São Lourenço, Santa Felicidade, Vista Alegre e Centro Cívico contam com um informativo que se propôs a dar ressonância às ansiedades neste lado da grande Cidade.

O Jornal "Farol dos Bairros" já em sua quarta edição se dispõe a decantar as potencialidades da região, assinalar suas carências e registrar sua memória.

Editado pelo nosso concidadão isabelense Parreiras Rodrigues, ex-funcionário desta Casa, onde serviu a diversos Parlamentares e onde cultivava centenas de amizades, o Jornal "Farol dos Bairros" faz por merecer o apoio de nossos Pares e esse nosso Requerimento.

Cumpra lembrar ainda que Parreiras é ambientalista autor dos projetos "Muralhas Verdes" e "Bebedouros" e da pesquisa "Coco da Bahia - uma alternativa agro-industrial para o Noroeste e para o Litoral paranaense", motivo do livro que principia a escrever.

Do aprovado, requer também seja comunicado o Sr. Parreiras Rodrigues, à Rua Henrique Itiberê da Cunha, n° 665, Casa 11, Bom Retiro, CEP: 80.520-120 nesta Capital.

Sala das Sessões, em 28.08.95

(a) RICARDO CHAB

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta egrégia Casa de Leis, de voto de louvor pelo transcurso do "Dia do Psicólogo", comemorado no dia 27 de agosto.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Vinícius Oscar Kirchner, Presidente do Conselho Regional de Psicologia - 8ª Região (Al. Presidente Taunay, 1360 - CEP 80430-000); ao Senhor Mauro César Carsten, Presidente do Sindicato dos Psicólogos no Estado do Paraná (Av. Iguaçu, 465 - CEP: 80230-000).

Sala das Sessões, em 28.08.95.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 2423

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício à Comissão de Intergestores do Paraná (Secretaria de Estado da Saúde), na pessoa do Dr. Luciano Ducci, solicitando seja habilitada a Secretaria Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu, à condição de gestão semi-plena.

Sala das Sessões, em 28.08.95.

(a) SÂMS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Os encargos dos municípios com a área de saúde são elevados e em todos os convênios exige-se contrapartida destes.

A saúde pública tem uma demanda de atendimento cada vez maior e em consequência requer um aporte de recursos na mesma proporção para manter o sistema em pleno funcionamento e oferecer condições satisfatórias dos serviços prestados à população.

Não havendo maior participação dos governos de esfera superior, poderá inviabilizar o sistema municipal de saúde que se encontra sobrecarregado.

Foz do Iguaçu especificamente é um pólo de grande região que atende inclusive um elevado número de brasileiros residentes no Paraguai, e dessa forma, é necessário que a Comissão de Intergestores analise com especial atenção o pedido em questão, e delibere no sentido de que a Secretaria Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu passe à condição de gestão semi-plena.

REQUERIMENTO N° 2436

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Reinhold Stephanes Júnior, Digno Secretário de Estado da Ad-

ministração, solicitando:

1. Qual foi o número mensal de contribuições do Dr. Arnaldo Faivro Busato para o Instituto de Previdência do Estado - IPE?

1.1. Sobre que salário (valor) o Dr. Arnaldo Faivro Busato contribuiu?

1.2. Cópia do demonstrativo de suas contribuições.

2. Na Folha de Londrina de 05/08/95, o Senhor Superintendente do IPE, afirma que o número de pensionistas nas mesmas condições que a Senhora Rosi de Oliveira Busato são 64 (sessenta e quatro). Solicito a

lista completa, com o nome do contribuinte e respectivos dependentes.

3. A Folha de Londrina (xerox anexo) de 16/08/95 informa que o Governo não tem efetuado o repasse para o IPE. Qual é a dívida total do Estado do Paraná para com o IPE?

3.1. Especificar o acumulado ano a ano até 1994.

3.2. Para o ano de 1995 especificar, qual deverá ser o valor do repasse e quanto foi mês a mês.

Sala das Sessões, em 28.08.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

POLÍTICA

Administração/Paraná

IPE pede mais recursos para sobreviver

Instituto quer que governo aumente para 4% o repasse da folha de pagamento dos servidores

Sérgio Wesley
Secretaria de Curitiba

O Superintendente do Instituto de Previdência do Estado (IPE), Waldemar Belinati, quer dobrar a receita do órgão. Atualmente, o governo repassa ao IPE uma folha de pagamento de R\$ 2,7 milhões, para a manutenção do IPE. Belinati quer que esse índice seja de 4%. A proposta está há um mês nas mãos do governador Jaime Lerner, que ainda não se manifestou sobre o assunto.

"O aumento do índice será suficiente para que o IPE possa prestar o mínimo atendimento oferecido pelos planos privados de saúde", afirma Belinati. Ele admite que a situação financeira do IPE é de pré-falência. De maio de 1994 a março deste ano, o IPE não recebeu os recursos da folha de pagamento para a manutenção do instituto, que ficou sem R\$ 13 milhões em suas receitas.

O Fundo de Previdência do Estado, batizado de Fundão, também serviu para desviar recursos do IPE. Em onze meses de existência, o Fundão teve um pouso de US\$ 70 milhões em 1995. O IPE não recebeu um centavo desses recursos, que foram aplicados

na Ecoveste e na compra de ambulâncias para a Assembleia Legislativa, entre outras despesas. Belinati lembra que o descaso do governo com o IPE é histórico. "Se, desde 1963, quando o instituto foi criado, o governo tivesse feito a separação de caixa com 10% dos servidores e o recolhimento de 10% da folha de pagamento referentes à contribuição patronal, o patrimônio do IPE seria hoje de R\$ 2,5 bilhões", revela.

Mas a realidade é bem diferente. Os poucos imóveis do IPE estão sendo ocupados gratuitamente por outros órgãos públicos ou alugados a baixos preços. O instituto vem perdendo servidores para a iniciativa privada. Em 1989, o IPE tinha 1.460 funcionários pagados, hoje tem 692 funcionários. Hoje, tem 187 mil beneficiários.

Para Belinati, o descaso do governo é "histórico"

Belinati lembra, ainda, que a Copel, Sanepar e Bancata do, empresas controladas pelo Estado, gastam 6% da folha de pagamento com o atendimento à saúde, investindo uma média mensal de R\$ 25,00 por funcionário. O gasto do governo federal é semelhante. Já o IPE só dispõe de R\$ 5,00 por beneficiário. O Superintendente do IPE espera sensibilizar o governador Lerner com estes argumentos.



No vermelho
Belinati: pedido de socorro para comprar os R\$ 13 milhões que o governo está devendo ao IPE.

Desembargadores

Deputados questionam reajuste

dores sem a autorização do Le-

Secretaria de Curitiba

Governo

STF arquiva inquérito contra Lerner

ram levantadas pelo est-procura- mente de caráter c "sine

Sérgio Wesley

REQUERIMENTO N° 2437

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Cassio Taniguchi, Digno Secretário de Estado de Planejamento, solicitando:

1. Qual é a extensão do Canal Extravassor?

2. Qual é o montante de área, em metros quadrados, que foi desapropriado?

3. Quais são os 10 (dez) maiores proprietários e suas respectivas áreas?

3.1. Apresentar quadro demonstrativo contendo, nome do proprietário, total da área (m²), valor pago por m², valor total do pagamento e condições de pagamento.

Sala das Sessões, em 28.08.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2438

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, pedido de informações à Secretaria dos Transportes, fazendo os seguintes questionamentos:

1 - Quais os critérios que norteiam a decisão do Governo estadual de asfaltar a estrada municipal, que liga o Município de Guarapuava ao Distrito de Guairacá?

2 - Qual o procedimento adotado pela empreiteira?

3 - Qual o nome da empreiteira contratada?

4 - Qual o valor da obra?

5 - Os recursos são originários do Orçamento do Estado ou de algum financiamento?

6 - Foi realizado algum estudo sobre a viabilidade da obra?

7 - O proprietário da empreiteira, tem parentesco com algum membro do Governo Estadual?

8 - Alguma autoridade estadual será beneficiada com a construção da estrada municipal?

9 - Por que foi priorizada esta estrada municipal em detrimento a ligações importantes, como Palmeirinha à Santa Maria d'Oeste ou a ligação Inácio Martins à BR-277?

Sala das Sessões, em 28.08.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2439

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER, pedido de informações à Secretaria dos Transportes, solicitando esclarecimentos sobre o pedido que o Governo do Estado

Curitiba, segunda, em 28.08.95

encaminhou à nossa Bancada Federal de apoio aos pleitos do Paraná, que devem ser inseridos no Orçamento da União, com as seguintes perguntas:

1 - Qual o estágio atual das obras paralisadas da ponte sobre o Rio Paraná, denominada Porto Camargo?

2 - Qual o valor do investimento feito até a presente data?

3 - O contrato com a(s) empreiteira(s) foi assinado quando? Ele ainda está em vigência?

4 - Qual o valor necessário para terminar as obras?

5 - Qual a extensão da ponte? Quantos quilômetros de acesso deverão ser construídos?

Sala das Sessões, em 28.08.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2413

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de atender o pedido de pais e alunos da Escola Estadual Cristo Rei, localizada na Av. Souza Naves, 1221. Ocorre que o telefone público existente nessa escola, fica dentro da secretaria e os alunos não podem usá-lo nem mesmo quando há dispensa antes do horário, para que seus pais venham buscá-los. Gostariam, pais e alunos, que o telefone público fosse colocado na área externa ou mesmo em frente ao colégio, para que os estudantes possam usá-lo.

Sala das Sessões, em 28.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2417

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o duto Plenário, REQUER envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Doutor Jaime Lerner, solicitando que o mesmo autorize à Secretaria de Estado da Educação a fazer um aditivo nos convênios assinados entre as Prefeituras Municipais e a Secretaria de Estado da Educação, incluindo o pagamento de 13° (décimo terceiro) salário aos professores que fazem parte do referido convênio.

Sala das Sessões, em 28.08.95.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Os professores da rede estadual que fazem parte dos convênios assinados entre as Prefeituras Municipais e a Secretaria de Estado da Educação não recebem o 13° (décimo-terceiro), devido a todo trabalhador. Trata-se de falhas ocorridas no go-

Curitiba, segunda, em 28.08.95

verno anterior e que poderão ser corrigidos no atual governo.

REQUERIMENTO N° 2424

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de medicamentos para o Município de Farol.

A presente solicitação tem por objetivo abastecer o Posto de Saúde com medicamentos para serem distribuídos à população carente, que não dispõe de condições financeiras para a aquisição de medicamentos. De nada adiante a consulta médica, sendo que o medicamento receitado, por mais barato que seja, não será adquirido por essas pessoas extremamente carentes.

Há, pois, que prestar atendimento, mostrando a doença e fornecendo o remédio para a cura.

Sala das Sessões, em 28.08.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2425

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Segismundo Morgenstern, Diretor Superintendente da FUN-DEPAR, solicitando a ampliação do Colégio Prof. Mário Evaldo Morski, do Município de Pinhão.

Trata-se de justa reivindicação do Vereador Joel Neri Martins, a qual somamos nosso apoio.

O espaço físico da referida escola é insuficiente para o bom desempenho das atividades educacionais. Faltam salas adequadas para abrigar a direção, supervisão, orientação e coordenação pedagógica, e o mais grave, é o risco de não haver vaga disponível para novos alunos no próximo ano.

Sala das Sessões, em 28.08.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2426

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente a Excelentíssima Senhora Fani Lerner, Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando subvenção social em favor da UNIBEM - União Imbituvense do Bem Estar ao Menor, do Município de Imbituva.

A UNIBEM presta atendimento a cerca de 120 (cento e vinte) crianças carentes da periferia da cidade, na faixa etária de 07 a 14 anos. Tem por objetivo promover o bem-estar do menor, através do plano de prevenção da marginalização, propiciando à criança meios e conhecimentos do cultivo da terra, e aprender a retirar dela o seu sustento.

Sala das Sessões, em 28.08.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2428

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a inclusão de rodovias estaduais em leito natural, no Programa "Caminhos da Educação e Desenvolvimento", desenvolvido pela referida Secretaria, para pavimentação asfáltica, dos seguintes Municípios:

1. MARIALVA: Sede do Município a Aquidabam e Itambé; Aquidabam a São Luiz;
2. SARANDI: Sede do Município a São Luiz.

Sala das Sessões, em 28.08.95.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a divulgação do Programa "Caminhos da Educação e Desenvolvimento", pelo Governo do Estado do Paraná, são grande os interesses dos Prefeitos e da população destes Distritos e localidades distantes da Sede do Município, em realizar a pavimentação asfáltica das rodovias estaduais em leito natural, que liga a sede dos Municípios com regiões povoadas e distantes.

Assim sendo, é oportuno destacar ao Secretário de Estado dos Transportes, algumas das diversas rodovias do Paraná, que ainda não contam com este benefício público.

REQUERIMENTO N° 2432

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito na Ata dos trabalhos de hoje, a mensagem em anexo, escrita no jornal "Diário da Manhã", de Ponta Grossa, em 20 de agosto do corrente ano.

A matéria refere-se a instalação da Kaiser em Ponta Grossa.

Requer que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Governador, Jaime Lerner; ao Prefeito de Ponta Grossa, Senhor Paulo Cunha Nascimento; ao jornalista Luiz Carlos Castilho, do jornal "Diário da Manhã", em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

PROJETO DE LEI N° 338/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os ônibus escolares do Estado do Paraná terão cores padronizadas.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará a presente lei em 06 (seis) meses, a contar da data da publicação.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.08.95.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Em todos os países denominados de "Primeiro Mundo", os ônibus escolares são identificados pelas cores uniformes.

As cores "padrão", identificarão os meios de transportes de escolares, facilitando o seu uso e locomoção, em todas as rodovias do nosso Estado.

A segurança dos escolares sempre será o objetivo de qualquer homem público, e assim, com a referida uniformidade, o transporte de estudantes, sem nenhuma dúvida, será mais seguro.

PROJETO DE LEI N° 339/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Centro Social Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, no Bairro de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, com sede e foro no Município de Curitiba, PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.08.95.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Centro Social Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, é uma entidade que tem desenvolvido um trabalho voltado para as famílias menos favorecidas.

Pelo relatório de atividades em apenso, a entidade demonstra o atendimento estendido às classes de baixo poder aquisitivo. Conforme declaração assinada pelo presidente e coordenador do Centro Social, nenhum dos membros da diretoria percebem remuneração.

Por tratar-se de entidade eminentemente filantrópica e de ação social, é que proponho o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI N° 340/95

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar do pagamento das taxas de inscrição dos Concursos Vestibulares realizados pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior, os candidatos domiciliados no Estado do Paraná e egressos da Rede de Ensino Oficial do Estado.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará por decreto a aplicação desta lei.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.08.95.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem como objetivo possibilitar a isenção da taxa dos concursos vestibulares da rede de ensino superior do Estado do Paraná, aos alunos que tenham concluído o segundo grau na rede pública do Estado.

A cada ano, milhares de alunos, principalmente os que estudam na rede pública, deixam de prestar o concurso Vestibular por falta de recursos para pagamento da taxa de inscrição. Por outro lado, o ensino superior sendo gratuito, não se justifica a cobrança dessa taxa de inscrição que alija os estudantes de ingressarem na universidade.

Assim sendo, o presente projeto visa dar condições de desenvolvimento aos estudantes paranaenses que desejam melhor perspectiva de vida, contribuindo, inclusive, no processo de crescimento orgânico e sistêmico do Estado e da Sociedade paranaense e brasileira.

PROJETO DE LEI N° 341/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Empregados da TELEPAR, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.08.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Empregados da TELEPAR é uma instituição que tem por maior objetivo a união da categoria telepariana que propicie uma vida mais saudável. Incentivo e promoção de eventos relativos ao esporte, lazer, cultura.

Entendendo que, reunindo uma pequena parcela da sociedade em torno de objetivos

Curitiba, segunda, em 28.08.95

humanitários, de formação e de solidariedade, está se contribuindo para um futuro melhor para o País.

Agrupando jovens para a prática de esportes tem-se a possibilidade de afastá-los da violência e de vícios; atendendo à terceira idade, através de reuniões e programas ocupacionais e acompanhamento com profissionais de todas as áreas, diminui-se, de certa forma, a injustiça que cerca esta parcela da sociedade.

A "Campanha Contra a Fome", a "Campanha do Agasalho", as inúmeras Organizações Não Governamentais (ONGs) existentes no Brasil são hoje a estrutura que realiza atividades na área de assistência social às parcelas mais carentes da sociedade. Reunidas em torno de um ideal comum, são hoje verdadeiras fontes de justiça social, atuando em setores onde o Estado deveria estar presente. É exatamente esta característica que se quer tornar o maior princípio da AETEL. Através de eventos, cursos, produtos desenvolvidos pelo teleparianos e que a eles trará como consequência e participação em uma vida mais saudável, tendo a oportunidade de dar retorno à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Beto Richa.

O SR. BETO RICHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O motivo que me traz hoje à Tribuna é para registrar um evento especial que aconteceu neste final de semana aqui em Curitiba. Um evento de invulgar êxito que se realizou nas dependências do Colégio Estadual do Paraná que foi a 3ª Conferência Municipal da Saúde, consolidando assim a prática da democracia participativa, cujas conclusões vão orientar futuras políticas de Governo desta área, contribuindo também para o equacionamento e solução dos problemas na área de Saúde Pública, servindo inclusive de modelo para todo País.

Inclusive já temos a 4ª Conferência Municipal de Saúde, agendada para o dia 2 de setembro, no município de Londrina.

(LE):

"Foi o Governo RICHA que, antecipando-se às diretrizes que a Constituição Federal de 1988 editaria em matéria de política de saúde, considerada pela Carta Magna direito de todos e dever do Estado, deu os passos iniciais no sentido de descentralizar o atendimento ao usuário dos serviços de saúde pública, confiando sua execução aos Municípios.

Era Secretário de Saúde, então, o Dr. Luiz Cordoní Júnior, e de sua equipe fazia parte o ilustre Dr. Armando Raggio, hoje o titular daquela Pasta, devendo, por

rág. 09

questão de justiça, salientar-se o empenho do ex-Deputado Euclides Scalco, Chefe da Casa Civil do Governo do Paraná, que pertencera à Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, da qual saiu a orientação normativa que se institucionalizaria em nível nacional.

Ao descentralizar o atendimento, antes que o SUS (Sistema Único de Saúde) o fizesse, o Governo do Paraná, concomitantemente, chamou o povo a participar da formulação das políticas de saúde, promovendo e incentivando a realização de Conferências Municipais e Estaduais de Saúde, reunindo, em cada dessas ocasiões, como mais de uma vez, aconteceu, centenas, e até milhares de usuários e de servidores públicos das três esferas de poder - a da União, a dos Estados e a dos Municípios - além de outros tantos profissionais de áreas afins interessados na solução dos problemas.

Debatidos em profundidade os vários temas que diziam respeito à saúde da comunidade ou da região, suas conclusões eram encaminhadas aos diversos órgãos da Administração Pública para execução.

Muitos dos hospitais e postos de saúde que o Paraná possui espalhados pelo seu território devem-se exatamente às deliberações das Conferências Municipais e Estaduais, com a própria população diretamente interessada decidindo o que mais lhe convinha, se um posto, um hospital ou um simples ambulatório, chegando ao ponto de estabelecer até hoje onde desejava vê-los contruídos.

Essa política de ouvir a comunidade, de auscultá-la periodicamente, tornando-a partícipe do próprio desenvolvimento, co-gestora de seus destinos, permitiu que a democracia política fincasse raízes em nosso solo, e se consolidasse nos anos futuros, tornando o Paraná o mais democrático e politizado dos estados brasileiros, e não apenas um dos mais desenvolvidos economicamente.

A 3ª Conferência Municipal de Saúde de Curitiba, pelo que se pode depreender de suas conclusões, que ultrapassam uma centena, constituirá um marco significativo na vida de nossa Capital e do Paraná.

Agora, mais do que nunca, o Poder Público Municipal e o próprio Governo do Estado, tendo na população, representada pelos Conselhos Locais, de âmbito regional ou de unidades, o seu natural e legítimo interlocutor, poderão corrigir e aperfeiçoar as linhas básicas do planejamento urbano e regional, através de ações interseoriais que, dando ênfase às políticas sociais nas áreas de habitação, saneamento, trabalho, transporte, educação lazer, reduzam os riscos à saúde e contribuam para a melhoria da qualidade de vida.

Afinal de contas, saúde, antes de tudo, é qualidade de vida.

Quero, pois, ao fazer este breve registro, apresentar os meus cumprimentos aos promotores da 3.^a Conferência Municipal de Saúde, estendendo-os às centenas de participantes de todos os segmentos sociais e de todos os matizes político e ideológico, que lhe emprestaram a contribuição inestimável de seu idealismo e do seu talento.

Obrigado."

Sr. Presidente, quero fazer mais um registro, estou encaminhando hoje aqui nesta Casa um projeto de lei, ao meu ver, de grande importância que diz o seguinte no seu artigo 1º.

Fica o Poder Executivo autorizado a isentar do pagamento das taxas de inscrição dos concursos vestibulares realizados pelas instituições estaduais de ensino superior, os candidatos domiciliados no Estado do Paraná e egressos da rede de ensino oficial do Estado.

Gostaria de contar com a colaboração dos Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero registrar dois fatos importantes que aconteceram neste final de semana.

Primeiro, quero deixar registrado um agradecimento ao Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, que atendendo um apelo do Deputado Antonio Belinati, atendendo um apelo do Deputado Alborghetti, se reuniu neste final de semana em Londrina, no bairro mais pobre de Londrina, construído pelo Prefeito Antonio Belinati, Jardim União da Vitória.

Jardim União da Vitória, é o bairro da miséria, do sofrimento, do desespero e para lá o Secretário da Agricultura levou a nosso pedido a campanha de ação social do Governo Lerner, que consiste na venda de produtos hortigranjeiro com menores preços, a venda de 30.000 galinhas e nós vimos neste final de semana 30.000 famílias em praça pública, comprando, como disse o próprio Deputado Antonio Belinati no meu programa, são pessoas que não têm condições de ir ao supermercado comprar uma galinha, porque o preço é maior do que aquele implantado pela Secretaria da Agricultura e pela de Trabalho e Ação Social do Governo Lerner.

Então vi 30.000 pessoas pobres, pessoas que chegavam de bicicleta, pessoas que chegavam até com um real e levavam para casa cinco galinhas, ou cinco frangos

como os Senhores bem entenderem.

Quero deixar registrado aqui, que esse programa começou no sítio cercado na capital do Estado, tive o privilégio de fazer a chamada através da nossa Rede Independência de Televisão e ali se reuniram trinta mil pessoas no primeiro dia, no outro sábado mais trinta mil pessoas, e Londrina acolheu bem este trabalho do Secretário Hermas Brandão e o Deputado Antonio Belinati, como o Deputado Alborghetti pedimos agora que levassem para os bairros mais pobres os produtos ortigranjeiros com menor preço acessível. Porque a população de menor poder aquisitivo está realmente passando fome.

Não me envergonho em hipótese alguma de ver, de divulgar e mostrar um trabalho quando ele é sério, quando ele vai de encontro aos anseios da comunidade. Uma comunidade que lamentavelmente está sendo atingida violentamente nos seus direitos por um plano econômico que lamentavelmente ainda não consegue com um real comprar dezenas e dezenas de produtos ortigranjeiros e comprar também cinco frangos para poder se alimentar, para poder até começar uma pequena criação dentro do seu quintal.

Então está de parabéns o Governo, o Secretário Hermas Brandão que atendeu a nosso pedido, do Deputado Antonio Belinati e espero que isto, como disse o Deputado Belinati hoje seja levado não só para Curitiba, não só para a Região Metropolitana, seja levado para Nova Santa Bárbara, levando para Santa Margarida em Bela Vista onde o povo está passando fome, levando para outras regiões carentes do Estado do Paraná.

Quero ainda dizer que durante os primeiros seis anos do meu mandato de Vereador, durante esses doze anos de Deputado venho numa guerra muito grande, e acredito que não só eu, aqueles que militam na crônica policial, como eu, Deputado Ricardo Chab, que é meu particular amigo e tantos outros que fazem um jornalismo sério, que vai de encontro a segurança da família brasileira do meu Estado. Como Vereador fiz uma centena de requerimentos para o Governo do Estado na época. Lembro que o Governo era João Elísio, depois o Governo Álvaro Dias assumiu, assumi o primeiro mandato como Deputado, depois veio o Governo Requião, agora o Governo Lerner. E durante anos da minha vida tive um projeto nesta Casa, como teve o projeto do Dr. Rosinha criando o Centro de Vivência, como noticiei para a mulher violentada nos seus direitos, como teve o projeto do Deputado Chab, que lamentavelmente apesar de vetado nós vamos derrubar o veto. Mas o importante é que eles não aprovaram o Projeto, mas já criaram um setor lá através da sua ideia. Isso é que é importante Deputado

Chab, criando um setor que ampare as famílias violentadas nos seus direitos quando tem os filhos sequestrados, assassinados e desaparecidos no Estado do Paraná.

Então durante a minha vida Parlamentar, durante toda a minha vida como vereador na tribuna da gloriosa Câmara Municipal de Londrina onde fui Vereador, e o Deputado Antonio Belinati também foi Vereador, como outros que passaram por esse asfalto no Estado do Paraná, cursaram a sua carreira na Câmara Municipal de Londrina. Lá, como aqui sempre implorei sempre pedi, sempre vim a plenário pedindo para que os Governos anteriores criassem a Penitenciária do Campo, a Penitenciária Escola, a Penitenciária Indústria. Por quê? Porque nos Estados Unidos, na Califórnia, que me corresponde com a Embaixada Americana, que tenho videos, que tenho documentários do primeiro mundo, na penitenciária o preso sai de manhã e só volta às seis horas da tarde. O preso vai produzir, ele vai trabalhar, ele vai se auto sustentar, ele vai aprender uma profissão, isto no primeiro mundo. Inclusive o Fantástico da Rede Globo mostrou recentemente, um outro planejamento do Sistema Penitenciário Americano, onde levavam os presos acorrentados, mas com a facilidade para andar e eles estavam capeando as rodovias americanas, trabalhando com asfalto para cobrir buracos. Levavam o preso de manhã e o detento voltava à noite. Tinha o seu café da manhã, o seu almoço, o café da tarde. Tinha o seu jantar.

Aqui no Paraná, como na maioria das penitenciárias brasileiras, temos dois elefantes adormecidos: Piraquara e a Penitenciária Central do Estado. Dois elefantes adormecidos onde o preso levanta de manhã, não tem onde produzir, onde trabalhar, não tem o que aprender e a população brasileira do meu Estado é quem paga a comida do assassino, do traficante, do esturpador, daquele que mata para roubar, daquele que mata para violentar os direitos da mãe negra ou da mãe branca que estão espalhados neste asfalto negro de violência. Lá está o preso.

Nós é que temos que pagar nossos impostos. Com os nossos impostos, pagamos o café da manhã, enquanto que a maioria dos brasileiros não tem recursos para tomar um café da manhã. Temos que pagar o almoço, enquanto que a maioria dos brasileiros não tem dinheiro para almoçar. Temos que pagar o café da tarde. Pergunto: qual é o trabalhador brasileiro que se dá ao luxo de ter café da tarde hoje, ou um "breakfast" como diz a classe dominante. Eles sentam e comem bem à noite e a maioria dos brasileiros não tem o que comer à noite. Lamentavelmente este é o retrato da falência, da miséria, da violência desgraçada, imbecil,

idiota que domina a classe média pobre nesse país. E nós, temos que dar comida boa para os detentos, enquanto que a maioria dos trabalhadores passam fome neste país.

Por isso queria deixar registrado nesta tarde meus parabéns ao grande líder, ao grande estadista do meu Estado, Governador Jaime Lerner, que hoje de manhã, convidou a classe empresarial do Paraná. Reuniu-se no Palácio do povo do Estado do Paraná e ali criou a prisão-escola, a prisão indústria, a prisão da recuperação profissional, a prisão da reintegração social e isto se me permitem os Senhores Deputados, estava no programa de governo, lançado em 1994 pelo Senhor Governador Jaime Lerner. Levou às nossas televisões, às emissoras de rádio. Se não me engano, consta, na página 23, o que ele pretendia fazer na área do sistema penitenciário do Estado do Paraná, na área de tirar o preso, do círculo vicioso. Ele fica ali o dia inteiro jogando baralho, bola, mas nada produzindo. Por que num país do primeiro mundo o preso - volto um pouco atrás. Na semana passada entrevistei um marginal que matou um Promotor Público em São José dos Pinhais. Matou o Promotor Público de São José dos Pinhais, com dois tiros no rosto, quando ele parava na frente de uma academia para pegar a sua filha. O marginal matava o promotor. O Deputado Ricardo Chab divulgou, eu divulguei. Foi preso? Pasmem os senhores, matou para roubar. Foi condenado a três anos de penitenciária. Aí, pasmem os senhores, tiraram ele da penitenciária e mandaram para a Colônia Penal Agrícola para passear, porque na Colônia Penal Agrícola durante o dia, o bandido finge trabalhar, à noite ele sai para roubar. Esta é a verdade e desafio quem me desminta. E agora pasmem os senhores: o assassino do Promotor foi preso, novamente, saiu da penitenciária - fez um assalto a mão armada. Pelo assassinato do Promotor ele foi condenado a 3 anos e pelo assalto foi condenado a 7 anos de penitenciária.

Quer dizer, hoje está fácil. Você mata uma pessoa, rouba o carro e só pega 3 anos. Se você faz um assalto à mão armada e não rouba ninguém você pega 7 anos. Pasmem! Ele voltou de novo para a penitenciária. Cumpriu mais um ano, falta 6. Aí essa semana, ele, no meu programa diz: -"Diga lá para o Alborghetti que eu quis dar uma presença na city. É fácil, já matei um Promotor, já pratiquei um assalto à mão armada, aterrorizei uma família, peguei mais 7. Como aqui na Colônia Penal Agrícola é só a gente pular a cerca e ir embora. Então fui dar uma banda na cidade para ver se fazia mais uma boquinha, uns 2, 3 assaltos." E fez! Dois, três assaltos e agora acordaram e colocaram ele dentro da Pe-

penitenciária e não deixam mais na Penitenciária Agrícola.

Agora, nos Estados Unidos - Califórnia. Lá tem o maior número de presídios de educação, o maior número de presídios padrão profissionalizante. O preso trabalha. Quando ele cumpre a sua pena, quando ele termina a sua pena, sai com um diploma da profissão que ele aprendeu na penitenciária. Aí ele chega, na portaria, recebe a sua carteira de identidade, carteira de trabalho, seguro desemprego, o CPF americano e ali ele é encaminhado a um departamento jurídico da penitenciária. Ele chega naquele departamento, se apresenta, primeiro recebe o dinheiro que ele ganhou e aplicou na poupança, aí ele se apresenta, mostra todos os documentos fornecidos, se cadastra aí eles dão a passagem para ele ir para sua cidade de origem e este departamento que tem psicólogo, assistente social, tem um representante do Ministério Público, tem tudo, e eles indicam o trabalho para que o preso volte a se reintegrar à sociedade.

Aqui no Paraná, no Brasil é diferente. O preso sai de lá e vem aqui, na Assembleia, atrás de nós, Aí eles vêm e pedem: comida, um pouco de dinheiro, passagem para ir para qualquer lugar. E a gente tem que arrumar. Tem que arrumar. Você olha para o cara, o cara está pálido, está branco, então ele vem no nosso gabinete e dos 54 Deputados, vem pegar a passagem aqui, vem pegar a identidade aqui. Aí a gente manda aqui, para o setor de fotografia, depois pega a viatura e tenho que mandar um funcionário meu, ir ao Ministério do Trabalho tirar a identidade dele, tirar o CPF, aí volta, dou a passagem e dou uma cestinha com rango. Sai com a cestinha e você tem que dar uma nota de 50 além da passagem.

Então só tenho a dizer que nós temos que parabenizar o Governo do Paraná. Quero deixar registrado, nesta Casa um voto de aplauso, um voto de amor, um voto de coração para o Governador Jaime Lerner. Ele lançou hoje no Paraná a prisão reintegração, a prisão escola, a prisão alfabetização, a prisão educar, a prisão trabalhar, a prisão profissionalizar, dar ao preso o direito de se reintegrar à sociedade brasileira do Estado do Paraná. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na história recente do nosso país é sabido de todos nós que em 1964 um golpe militar derrubou o governo constitucional de João Goulart. Derrubou

esse Governo e implantou uma ditadura militar que por vários anos seguidos torturou, matou e levou milhares de brasileiros a exilarem-se. Muitos brasileiros naquele período, período este terrível da nossa história, muitos desapareceram e foram assassinados. Ainda hoje cerca de 170 brasileiros são considerados desaparecidos. A ditadura reprimia e oprimia a sociedade brasileira, mas alguns cidadãos deste país junto com algumas entidades, no final dos anos 70, começou a organizar-se e a lutar por uma anistia ampla, geral e irrestrita. E esse grupo de cidadãos constituíram em todos os Estados e em várias cidades brasileiras comitê de anistia, comitês femininos, comitês gerais, comitês de médicos, pela anistia.

E neste mês de agosto estamos comemorando 16 anos da lei de anistia. Não é a lei que aqueles grupos de cidadãos que lutavam para adquirir seus direitos políticos ou para rever pelo menos os restos mortais de seus familiares desejavam, mas é uma anistia. Uma anistia que atingiu também setores das forças armadas, setores das forças repressivas do nosso país, que até hoje se opõem aos esclarecimentos dos desaparecimentos desses brasileiros.

Pois bem, neste mês de agosto, como disse, que comemora os 16 anos de anistia e que também já passamos por dois Governos Cívicos, ainda deparamo-nos com injustiças inaceitáveis praticadas na época da ditadura. Sabemos que mais de 400 mortos pelas estruturas do terror militar, entre identificados e desaparecidos continuam sem ser reparados os seus direitos. Em nosso Estado podemos lembrar alguns paranaenses como os dois apucaruanenses Antonio dos Três Reis de Oliveira(?) e José Aidésio BIANESI, e ainda o maringense Ailton Adalberto Mortati e também o Major Serqueira, que suas famílias não tiveram ainda o direito de localizar os corpos de seus mortos, não tiveram ainda o direito de receber tudo que lhes cabe pelo Estado ter massacrado estes cidadãos.

E neste ano volta-se a discutir, principalmente liderado pelo Grupo Tortura Nunca Mais, um Projeto de Lei que visa reparar essas famílias.

E nós queremos dizer que apoiamos estas reivindicações levadas adiante pelo Grupo Tortura Nunca Mais, que o Projeto crie comissões especiais de investigação e reparação a âmbito federal que possa esclarecer todos estes fatos.

Que o Projeto responsabilize oficialmente a União e que ela repare estas mortes e estes desaparecimentos.

Que o compromisso, por parte do Governo Federal, seja o de abrir, irrestritamente, todos os arquivos da repressão política.

Curitiba, segunda, em 28.08.95

É assim que nós desejamos ser este País, realmente recuperar a memória destes cidadãos e heróis, que deram suas vidas lutando contra a opressão, contra a ditadura e lutando também pela igualdade social, tão almejada, e até hoje não conseguida.

Pela memória destes brasileiros nós dedicamos este pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Subo à tribuna, nesta tarde, para fazer um convite aos membros do Bloco Municipalista e também aos membros deste Parlamento. Amanhã, dia 29, às 14 horas, tem uma reunião da Associação dos Municípios do Paraná, para tratar de um assunto que diz respeito a uma marcha a Brasília, que os Prefeitos do Paraná estão organizando para o dia 30. Mais de 200 prefeitos já confirmaram presença para esta marcha à Brasília.

E amanhã faz-se uma reunião preliminar para tratar dos seguintes assuntos:

1 - mobilização, viagem a Brasília;

2 - reforma tributária, já debatida nesta Casa, já em estudos nas Comissões do Congresso Nacional;

3 - A prorrogação de mandatos dos atuais Prefeitos, Governadores, Presidente da República, e outros assuntos que irão ser tratados amanhã, a partir das 14 horas.

Portanto, já fica aqui este comunicado a todos os integrantes do Bloco Municipalista bem como aos demais parlamentares interessados nestes assuntos.

O Deputado Rossoni, daqui a pouco irá fazer uso da palavra e vai falar de um assunto muito importante, ele me comunicou há poucos instantes, trata-se da taxaço sobre a exportação de madeira, estabelecida através de Brasília, do CONFAS, que vem preocupando mais ainda o setor madeireiro de nosso Estado, principalmente nossas regiões, a minha de Irati, União da Vitória, Guarapuava e assim por diante.

Mas isto é um assunto que o Deputado Rossoni irá tratar em seguida.

Então hoje, seria este comunicado que eu faria a Assembléia Legislativa, alertando a presença dos Senhores Deputados, membros do Bloco, amanhã às 14:00 na Associação dos Municípios, é muito importante, para que se programe bem essa marcha à Brasília e para que os prefeitos possam sentir-se também amparados por nós parlamentares que os representamos aqui neste parlamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupamos a tribuna hoje, primeiro para prestar uma homenagem a nossa cidade de Ponta Grossa, que com o ato realizado no final de semana volta a ser a Capital Cívica do Paraná.

Uso nesta tarde espaço para falar sobre o grande movimento realizado ontem em Ponta Grossa, movimento este organizado por parte do Exército Brasileiro, juntamente com vários segmentos da comunidade e também do município de Ponta Grossa.

É importante que a gente diga sempre com muita sinceridade, quando coisas boas acontecem e quando coisas ruins acontecem a gente denuncia aqui. Acho que este é o verdadeiro papel, principalmente daqueles que acreditam na política e esta é a verdadeira função de um Deputado que quer trabalhar e quer cumprir aquilo que a grande maioria da população espera.

Queremos cumprimentar o Exército brasileiro, através do General Laranjeiras que de forma brilhante, conduziu juntamente com um dos grandes idealizadores dessa idéia, que foi a Tomada de Monte Castelo, realizada ontem na cidade de Ponta Grossa, juntamente com Izidro Guedes, ele que é de Castro, mas um homem que acredita muito no civismo, no patriotismo e com toda a sua vontade realizava esse evento na cidade de Tibagi, e este ano o mesmo trouxe para Ponta Grossa, foi a idéia aceita pelo exército, através do General Laranjeiras e através da Prefeitura Municipal, da Associação Comercial e Industrial e desta forma, Ponta Grossa acabou realizando ontem e um momento muito importante na história deste País, que foi a tomada de Monte Castelo, que para muitos, principalmente, os jovens, poucos sabem sobre este evento, sobre esta bravura, sobre essa coragem do homem brasileiro, dos pracinhas da FEB, que de forma sensacional, corajosa, fizeram com que lá no Monte Castelo tremulasse a Bandeira do Brasil, num ato de heroísmo, sempre, as vezes com dificuldades, com falta de equipamentos, armamento e até as condições do local que não era aquilo que eles estavam acostumados, eles com a sua bravura, com a sua vontade e lealdade a seu País empunharam as armas do Brasil e foram e tomaram o Monte Castelo.

Ontem nós e mais aproximadamente, vinte mil pessoas que foram até o local escolhido, onde foi feita a encenação, nós pudemos sentir ali juntamente com os ex-combatentes, com os pracinhas da FEB, que marcaram presença, a gente viu o rosto brilhar, a lágrima cair, e acima de tudo, a gente viu também o respeito que o povo

tem para aqueles que no passado honraram as cores do nosso País.

Não poderia, Senhor Presidente, Senhores Deputados, deixar hoje de prestar essa homenagem aos organizadores desse evento, demonstrando que Ponta Grossa continua sendo a cidade Capital Cívica do Paraná e através da idéia do Izidro de Castro, companheiro dos Campos Gerais. A idéia também idealizada pelo Comando do General Laranjeiras e toda Corporação do Exército Brasileiro da 5.^a Brigada de Ponta Grossa nós conseguimos, Ponta Grossa, mostrou para o Brasil inteiro a Tomada de Monte Castelo.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Obrigado Senhor Presidente, Nobre Deputado Jocelito Canto.

No dia de ontem o Brasil inteiro viu porque os órgãos de telecomunicações divulgaram e mostraram para todo o País aquilo que o Exército Brasileiro demonstrou uma réplica daquilo que foi a segunda Guerra Mundial, da Participação da Força Expedicionária Brasileira, de onde na Itália tomaram o Monte Castelo.

Vimos aqui as dificuldades que eles passaram, como foi que funcionou e até mesmo o sentimento daqueles pracinhas que ali estavam assistindo e lembrando tudo aquilo que aconteceu há cinquenta anos atrás. Dava para ver nos seus rostos, muitos deles lembrando amigos, companheiros que perderam na Segunda Guerra, principalmente a Batalha que foi Tomada de Monte Castelo. A 5.^a Brigada de Ponta Grossa, em nome do General Laranjeiras, está de parabéns junto com Izidro Guedes que é a pessoa que há muito tempo vem fazendo isto dentro do Município de Tibagi, essa Tomada de Monte Castelo sempre foi realizada no Município de Tibagi e agora foi transferida neste ano que faz cinquenta anos da Tomada de Monte Castelo para o nosso Município de Ponta Grossa, de onde o Exército Brasileiro realizou e mostrou a todos nós que estávamos e até mesmo para o Brasil aquilo que realmente aconteceu na Tomada de Monte Castelo.

O SR. JOCELITO CANTO - Muito obrigado pelo aparte Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, e para concluir Senhor Presidente, nós mais uma vez homenageamos todos os pracinhas da FEB que estiveram ontem em Ponta Grossa, oriundos de todas as partes do Brasil e principalmente do Paraná, e que lá depois de cinquenta anos mostraram e sentiram e reviveram aquele momento tão triste, mas que no fundo foi tão glorioso principalmente para aqueles que saíram daqui com a vontade, com o desejo da vitória e o desejo do regresso.

Era isso que nós gostaríamos de destacar Senhor Presidente.

O SR. WALMOR TRENTINI - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem concedo a palavra ao Deputado Walmor Trentini.

O Sr. Walmor Trentini (Pela Ordem) - Gostaria que a Mesa registrasse e nós agradecemos a presença em nosso meio do Senhor Dionísio Ferraz Junior, Presidente do PSDB e Chefe do Núcleo da Secretaria de Crianças e Assuntos da Família de Paranaíba.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Carlos Simões.

O SR. CARLOS SIMOES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há dez anos que nós iniciamos um trabalho na Praça Rui Barbosa de Comunicador. Há dez anos que estou lá, numa cabina de rádio cedida pelo então Prefeito de Curitiba Maurício Fruet, na sequência o Prefeito Roberto Requião, nos cedeu outra cabina ao lado que servia como estrutural para o meu programa de rádio. Há muitos anos, os Prefeitos, os Governadores, os candidatos do PT, do PMDB do PFL de todos os partidos e aqui eu tenho testemunhas, o Rosinha sabe disso quando eu fui candidato e Prefeito de Curitiba, esteve lá no meu programa, na televisão, todos, indistintamente.

Hoje pela manhã, para minha grande surpresa e para a surpresa de Curitiba e do povo do Paraná, recebo dois oficiais de justiça e às 9 horas da manhã, a cabina de rádio foi lacrada por ato impetrado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, ao juízo da capital, que nós julgamos um ato arbitrário, alegando que havia comodato entre a Rádio Difusora e a Prefeitura. Primeiro, Procurador do Município, não existe comodato na função pública. Comodato só entre particulares. Segundo, reintegração de posse.

Não sou invasor, mesmo que fosse, posse de um ano e dia, não cabe reintegração de posse. Já estou há dez anos com testemunho público. Fui eleito vereador e deputado duas vezes na Praça Rui Barbosa. Terceiro: não caberia ser indiciada a rádio, porque a cabina é cedida a mim e não à Rádio Difusora Ouro Verde e outros elencos de itens.

Entramos agora, neste momento, no Tribunal de Alçada do Paraná para reverter a situação, mas de qualquer forma amigos Deputados, amigos comunicadores, Olhem gente! É dolorido, é duro se sentir que a ditadura permanece naqueles que aprenderam a ser políticos no tempo da ditadura. Eles,

Curitiba, segunda, em 28.08.95

como falam os gaúchos, "não perdem a barba", sempre agindo desse forma. Tenho compromisso popular. Não custa chegar, vamos buscar um entendimento. Jamais impedi em qualquer momento o prefeito de Curitiba, o governador do Paraná de atuarem e de fazerem as suas obras. Jamais, Prefeito de Curitiba, pedi a cassação do seu mandato como o Senhor quer me cassar, como se eu fosse um marginal, como se eu fosse um qualquer.

Aliás, como o Senhor trata os retirantes, os migrantes, como os "pé de chinelo", como os desqualificados, como o senhor e a sua "troupe" são os donos da verdade, são tão competentes que, peguem o seu automóvel e andem em Curitiba. Cadê os planejadores da Capital? Cadê os grandes homens que conhecem a história do mundo, a cultura do mundo, que falam línguas e línguas e não falam a língua do povo. O povo está sofrido, o povo está aniquilado! Vocês sabem disso, quando vão às suas bases. Em nenhum momento perdi a compostura, em nenhum momento o ofendi, mas fiz colocações e vou me defender, porque fiz cem mil votos.

Estive com o Senhor Jaime Lerner e dele também, primeiro presente que me deu depois da campanha: "Mande cassar o Carlos Simões, porque esse é perigoso: homem de voto, homem do povo". Governador, Deus o abençoe! Que faça um grande governo para o Paraná, para Curitiba, porque nós todos temos expectativas e eu o ajudei a se eleger. Não quero que fracasse, mas chega de me perseguir. Quando vêm os deputados aqui falar sobre perseguição militar de 64, me sinto mais ou menos igual, perseguido. Vão ao Ministro José Eduardo, o Prefeito de Curitiba e o Governador do Paraná pedir: "Ministro, tire o Carlos Simões da televisão!" Chamar o dono da Rádio, Dr. Lídio Bettega e pediram: "Tire o Carlos Simões do rádio"! Será, prefeito? Será, Governador?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mais um minuto V.Exa. tem.

O SR. LUIZ CARLOS SIMOES - Uso o horário do PPR.

Senhores Deputados, tenho divergências, todos nós temos e é natural. São artifícios maravilhosos da democracia, porque se discorda tem que ser perseguido, tem que ser expulso, tem que ser tirado daquilo que faz. Jamais atrapahei o Governador do Paraná, jamais atrapahei o Prefeito de Curitiba. Se algumas críticas foram feitas, nunca fechei a televisão e o rádio para que fosse dada a versão de outro lado. Aliás, todos os partidos políticos participam do meu programa, livremente, abertamente. Se são meus concorrentes

ou não, eu não tenho medo disto. Não é por aí.

O que temos que ter é competência de trabalhar, jamais vetei alguém, jamais persegui alguém. Vamos debater publicamente. Isto me deixou profundamente triste. Mas digo aos Senhores; quem perdeu foi a parcela do povo que precisa da gente, que precisa de manhã, de madrugada. Estou há 10 anos na Praça e não posso ser tocado como se toca um cachorro sem dono. Tem que se respeitar as pessoas. Eles acham que são donos de tudo e que tudo é deles. Vamos ver o ano que vem. E um ditado é certo: Deus sabe o que faz! E se as provas nos vêm é para nos deixar mais fortes, mais incisivos, com mais sabedoria.

Tenho certeza que não sei tudo como eles dizem que sabem. Mas sei uma coisa - sei de povo, entendo de povo. Porque não fujo, nunca fujo do povo. Na televisão, na campanha eleitoral toda semana me ligava: "Carlos Simões, venha gravar". Era o meu candidato, foi o meu candidato, torci, vibrei, sofri e chorei depois. Mas é assim mesmo. Da vida nem tudo se leva. Aprende-se com os percalços, com os problemas da vida.

Sou filho de uma pessoa muito simples, de um agricultor - analfabeto - que hoje, ao me ver na televisão, e ainda pedi na televisão: "Meu pai, tenha calma!" Ele mora em Pato Branco, um senhor de 77 anos de idade, foi parar até no hospital porque ficou emocionado. É duro gente. Não se trata assim as pessoas, não se trata adversário político dessa forma. Eles são meus adversários mas não são meus inimigos. Eles me tratam como inimigo, eu não. Na hora da precisão: "Venha Carlos Simões!" Aí você é útil, você é necessário.

Mas se aprende. Sou piá ainda e o mundo é redondo. Um dia, talvez, o dele passe para entrar no "breti" e aí se verá quanto dói uma saudade.

O Sr. Geraldo Cartário - Concede-me um aparte, Deputado Carlos Simões.

Eu, no decorrer de tantos anos, já vi de tudo. Grandes radialistas neste Estado do Paraná, grandes comunicadores serem alijados do microfone ou até do jornal por pressões políticas. Já vi, inclusive, companheiros, que tiveram que deixar alguns setores de comunicação porque alguns políticos não aceitavam. Eu, por exemplo, na rádio de Mandirituba que fui um dos fundadores, fui impedido através de um contrato assinado pelo Prefeito de Mandirituba com a rádio, e me impediram de falar naquela emissora. Isso já faz 7 anos. E também, queria lhe dizer, que o atual dono daquela rádio quando candidato a Deputado Federal, me exigiu que eu o apoiasse em troca de eu

poder falar naquela rádio, que é a Rádio Panorama de Mandirituba.

Não me acovardei. Não o apoiei e continuei no meu caminho. Quero, aqui, enaltecer a todos os radialistas de verdade, os profissionais do dia a dia: Deputado Alborghetti, Deputado Luiz Carlos Martins, Algaci Túlio, Ricardo Chab que mantêm programas da maior audiência como V.Exa. tem. Mas eu só quero lhe dizer que além de estar solitário, quero lhe dizer que este, realmente, é um fato novo na comunicação do Paraná e do Brasil. Quando se impede, inclusive, de se falar numa Praça, que a Praça não tem dono, visto que são bens que a Prefeitura não pode vender, não pode negociar. Porque a Praça não é propriedade da Prefeitura. A Praça, a estrada, a rua é de propriedade única e exclusiva do povo. Só através de uma lei da Câmara - com muita justificativa, que pode, então, ser revertida a favor da municipalidade.

Acho que foi um mal-entendido e não acredito que o Prefeito Rafael Greca que foi nosso companheiro aqui, durante tanto tempo, tenha conhecimento e possa permitir um abuso tão violento à comunicação do nosso Estado.

O SR. CARLOS SIMÕES - Uso o horário do PFL, Sr. Presidente, permite o nosso Líder.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós, no período democrático estamos todos aprendendo a praticar a democracia. Agora, não podemos nós Deputados, porque discordo da idéia sua nos atracarmos sem briga corporal ou nos transformamos aqui em inimigos. Os problemas que nós encontramos lá fora, comuns, não é Chab, são os mesmos, da mesma forma, enfrentamos os mesmos problemas com o nosso povo, com a carência da nossa gente e é um Brasil histórico que vem desta forma e deste jeito. O que não se pode é pensar que o poder é eterno e agir como se aqui fosse o Império do Nero.

O Sr. Jocelito Canto - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Carlos Simões, gostaria também de mostrar a minha indignação com esta atitude da municipalidade de Curitiba, atitude que eu chamaria de covarde.

Covarde porque o camarada que tira o direito do povo de falar onde quer que esteja acho que é anti-democrático e o rádio tem que servir não só os princípios daqueles que ele interessa em período de eleição, mas sim a população que todos os dias quer falar e quer ter a oportunidade de dizer aquilo que pensa.

Quero neste momento me solidarizar com sua pessoa e dizer que várias vezes o seu programa já nos ajudou, nos ajudou por in-

termédio do nosso programa em Ponta Grossa, procurando pessoas que estavam aqui desaparecidas, pessoas que precisavam de ajuda foram ajudadas, sem se pensar em política ou qualquer coisa parecida.

Portanto, gostaria de me mostrar indignado como radialista que sou, que faço programa na mesma linha sua, de que este tipo de atitude tem que ser repudiada pelo nosso Sindicato, por nós, os radialistas, que temos que começar a nos unir e fazer com que esses políticos que são eleitos muitas vezes graças aos radialistas aprendam a respeitar um pouco mais o rádio, porque o rádio é o formador de opinião e quando feito social ele sempre ajuda o povo e o que lamento é que as pessoas que diariamente lhe procuravam vão procurar agora...

Mas gostaria de lhe dar uma sugestão: se não tem a praça, Deputado, procure um lugar próximo da praça onde o senhor possa trabalhar porque eu tenho certeza que na sequência o senhor fará isto e vai mostrar a quem teve esta atitude anti-democrática e covarde que isto não pode acontecer.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem) - Só queria oferecer também, visto não haver outros companheiros do PP aqui, que V.Exa. use. E quero pedir desculpas ao Deputado Belinati, ao Jocelito e ao Marquinhos Alves por não tê-los citados como grandes comunicadores que são.

O Sr. Neivo Beraldin - Permite um aparte Deputado?

(Assentimento).

Deputado Simões, não conheço o processo que fez com que V.Exa. calasse a sua voz na Praça Rui Barbosa, onde tradicionalmente já há muitos anos apresenta um programa muito popular e que atrai aquela cabina, como V.Exa. chama, a cabina da Esperança, dezenas e centenas de pessoas por dia. Não conheço o processo, não sei o porquê que chegaram a tal ponto, mas me comove o seu pronunciamento nessa Tribuna porque sei do seu princípio, sei da sua linha de conduta e reconheço acima de tudo o esforço que V.Exa. faz há alguns anos, acordando na madrugada, falando a língua do povo, levando uma mensagem que o povo consegue entender e acima de tudo defendendo sempre sem abrir treguas, interesses do mais humilde, do menos favorecido pela sorte, seja de Curitiba ou seja do interior do Paraná.

Portanto, o que me leva a apartear-lo neste momento é exatamente a emoção que V.Exa. me traz fazendo este relato para o povo do Paraná, através desta Tribuna e tem V.Exa. a nossa solidariedade.

O SR. CARLOS SIMÕES - Uso o horário do PP.

O Sr. Valdir Rossoni - Permite um aparte, Deputados?

(Assentimento).

Deputado Carlos Simões, ouço com atenção e com preocupação o seu pronunciamento, mas quero dizer a V.Exa. de que a questão de V.Exa. estar saindo da Praça Rui Barbosa, como V.Exa. está falando, eu tenho certeza que pela audiência que seu programa tem, tenho certeza absoluta que em qualquer lugar que ele for ele terá essa audiência.

Agora, nós e o Prefeito Rafael Greca, quando coloca essa posição, nós temos que deixar claro ao povo paranaense, de que não é uma posição contra o Deputado Carlos Simões, é sim uma posição a favor do povo de Curitiba. O Prefeito Rafael Greca está tomando esta medida porque ele está fazendo melhorias e vai construir a Rua da Cidadania na Praça Rui Barbosa. E V.Exa. tem que reconhecer que se cada locutor aqui de Curitiba requer a sua permanência numa praça vai faltar praça. Acho que nada mais justo deixar que a praça seja absoluta, que seu posicionamento é mais uma questão política, tenho certeza que V.Exa. reconhece a atitude do Prefeito Rafael Greca. E V.Exa. sabe, lugar de locutor, lugar de pessoas que fazem programa de rádio, têm que estar em propriedade privada, acho que não fica nada difícil que V.Exa. alugue uma sala, como todos os locutores do Paraná fazem e continue com a sua liberdade, ou de fazer críticas ao Prefeito Rafael Greca e ao Governador, ou de fazer elogios, mas nada melhor do que estar na sua propriedade. Sei e reconheço que choca uma atitude dessas, porque V.Exa. está lá há 10 anos, mas 10 anos injustamente! A praça é um lugar público, não é o lugar para uma ou duas pessoas, porque se V.Exa. tem este privilégio de estar na praça, com seu programa de rádio, qualquer locutor do Paraná tem o mesmo direito que V.Exa.

Reconheço, tenho o maior respeito pelo seu trabalho, mas não posso concordar de forma nenhuma, um dia isto tinha que acontecer e o Prefeito Rafael Greca está tendo a coragem em pensar na população e fazer as melhorias que precisa a Praça Rui Barbosa.

O SR. CARLOS SIMÕES - Respeito a sua opinião, Deputado Rossoni, sou democrata, embora não concorde, estou fazendo o bem para o povo, na Praça Rui Barbosa, o Prefeito de Curitiba com o artifício, inegavelmente, de fazer uma obra para marcar o seu nome em Curitiba, enquanto as vilas e bairros, quem conhece a periferia de Curitiba sabe disso, a gravidade dos problemas que nós temos. Doutor Rosinha, como está a Saúde Pública de Curitiba? Ele vai gastar 8 milhões na

Praça Rui Barbosa e a Praça é grande! E ninguém foi citado na Praça até agora, tem lanchonetes, tem 500 ambulantes, e tudo está lá, tranquilo! É perseguição política pessoal do Prefeito de Curitiba!

Oito milhões de reais! Para que a Rua da Cidadania na Praça Rui Barbosa? É uma vergonha, quando falam em Curitiba capital de 1º mundo, professor ganhando 200 reais por mês? como tem dinheiro para fazer 10 ruas da cidadania? Por que não faz, Prefeito, o Trevo do Atuba, custa 7 milhões? Seria uma obra mais humana, de vida e de grandeza! Mania de governantes de Curitiba fazer obras! Não é minha esta obra! Não, a maior obra é a obra humana, é ver como está a vida do povo. Há miséria nesta periferia! Hoje Curitiba é uma das cidades que mais cresce no mundo, está entre as três que mais crescem no mundo! E se dar ao luxo de fazer casinha de boneca? Ora, para com isso!

Concedo o aparte ao Dr. Rosinha.

O Dr. Rosinha - Agradeço o aparte, Deputado, e quero lembrar a V.Exa. que quando fomos eleitos Vereadores, quero citar o nome do Deputado Luiz Carlos Martins, que estava junto, e no primeiro semestre do nosso Mandato o então Vereador Luiz Carlos Martins foi "despejado" do programa de rádio dele. E naquela ocasião nós nos manifestamos contrários a este tipo de procedimento. E V.Exa. agora, no início do seu pronunciamento disse que não se opunha a sair de lá, o processo é que se deu de uma maneira indevida.

Nesse sentido, Vossa Excelência, está dizendo, nós aceitaríamos negociar, sempre estivemos abertos, mas que quando o processo é equivocado tem que ser criticado, nesse sentido nós também o criticamos, criticamos o processo, a maneira como se deu.

Se vai usar a praça para algumas questões, que ótimo, mas esperava que o dinheiro da praça não fosse investido também na praça. A região periférica da nossa cidade está triste.

Como foi citada a questão de saúde, hoje há uma média de falta de funcionários de 10%, se o centro de saúde for longe do centro da cidade chega a faltar 15% dos funcionários, o povo chega as vezes 4 ou 5 horas da manhã para ficar em fila para pegar consulta porque não tem médico, não tem profissional e não vai ter mesmo, eu sempre dou exemplo, eu estou há 15 anos na prefeitura, estou licenciado, pago a providência como facultativo que a lei me dá esse direito e pago sobre o salário que eu ganharia se estivesse na ativa, quinhentos reais por mês. Não tem médico para trabalhar, se este é o maior salário, calcule dos demais trabalhadores a quanto anda.

Então, vai reformar a praça, negociar com quem está em cima dela. Seja o radialista, o dono do boteco, dono do bar, o que estiver lá. É nitidamente um processo de punição haja vista a posição política que o Deputado Carlos Simões tem assumido ultimamente em relação a administração municipal.

O Sr. Ricardo Chab - Gostaria aqui, Deputado Carlos Simões, ser solidário a sua pessoa, porque como radialista também, sinto na pele as vezes a pressão.

Mas como foi bem colocado pela sua pessoa, quem perde é a população de Curitiba, porque quem perde é a população que não encontra um veículo aberto para reclamar, protestar, pedir e discutir. E todos nós sabemos que só chegamos a um acordo, a um entendimento após imensas discussões e lamentavelmente perde o povo pobre, a população dos bairros da cidade de Curitiba, quando se retira um comunicador do seu local.

Mas já diziam os antigos, tem mais Deus para dar do que o Diabo para tomar.

É só aguardar que o Deputado certamente terá um outro local, sem que isso tudo prejudique o seu trabalho.

Sou solidário porque entendo que não se pode retirar uma pessoa do seu local de trabalho, do seu espaço físico assim à toque de caixa.

A negociação é que foi errônea, não se estabeleceu o diálogo, se estabeleceu a imposição. Colocaram guela abaixo a sua retirada, isso é lastimável, assim como acontece com o Deputado Carlos Simões, pode acontecer amanhã ou depois com qualquer um de nós.

Muito obrigado.

O Sr. Toti Colaço - Quero também ser solidário ao seu pronunciamento e principalmente na dor que passa Vossa Excelência nesta tarde.

Se fosse uma ação coletiva, queria contestar, não concordar com as palavras do Deputado Rossoni, até porque, quem conhece a Capital, os Deputados que aqui vivem, que aqui moram conhecem a periferia da cidade de Curitiba e se fosse uma ação coletiva, aonde fosse atingido o dono da loteria, da lanchonete, as lojas lá instaladas, fosse um conjunto de ação, uma ação conjunta para que todos pudessem se retirar de lá, em razão de uma obra que a Prefeitura, mais de quinhentos comerciantes que estão lá, que deveriam ter saído, não teria porque Vossa Excelência estar aqui fazendo essa manifestação.

Mas o que estranha é que somente o Carlos Simões, somente a emissora de rádio, que presta serviços exatamente para a classe mais pobre, que a gente acompanha

que a gente escuta e a gente tem conhecimento do seu trabalho aqui dentro da grande Curitiba.

Lamento profundamente que um órgão de imprensa que há mais de dez anos, se a Praça é do povo lá está a Emissora de Rádio trabalhando com o povo, lá está o dono da lanchonete atendendo o povo, vendendo sanduíche, o café da manhã, lá está o dono da loteria fazendo a Sena, fazendo os negócios. É uma empresa a mais que está dentro da praça, não é uma empresa diferente das outras. É uma empresa prestadora de serviços e presta serviços a quem? Não é ao grande empresário, não é ao dono de um império dentro de Curitiba, presta serviços àquele que desce do ônibus, que vem com sacrifício ali mandar o recado que o filho extraviou-se, que vem ali fazer o seu pedido de uma consulta médica, ali é que desce o povo da região metropolitana de Curitiba, que é o povo que anda de ônibus, não é o rico não.

Exatamente ter essa oportunidade, de milhares de famílias, que chegam ali cedo, para mandar o recado, fazer o pedido, o apêlo, corta a voz do povo. Com todo o respeito, foi uma atitude insensata de se tirar exclusivamente o direito e a voz do povo, calando a vossa voz ali na Praça. Sou solidário ao seu pronunciamento espero que a Justiça, o Tribunal de Alçada, principalmente reveja este ato, reveja esta decisão e coloque V.Exa. exatamente aonde estava, se pode ficar uma lanchonete ali, pode ficar o Sr. Carlos Simões, com o seu programa e com a sua empresa.

O SR. CARLOS SIMOES - Agradeço o apoio dos Deputados que entendem a situação. Não sou radical, não sou impostor todos sabem é público e notório que estou na praça Rui Barbosa, por ser o único Radialista, mas poderia ter outros, muitos não vão até porque não querem, poderiam ter a mesma condição, a mesma chance, sem nenhum problema. Não sou um privilegiado, nasceu naturalmente, nem sabia, aquilo nasceu naturalmente o meu trabalho na Praça Rui Barbosa.

Então por isso, fico sentido, mas não estou derrotado, vou a luta, isso me dá sabedoria, me dá coragem para o enfrentamento de qualquer situação. Não tenho dúvida que a população do Paraná está sentida, recebemos ligações do Brasil inteiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra a Liderança do PT Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados uso essa Tribuna no dia de hoje para fazer um comunicado a Assem-

Curitiba, segunda, em 28.08.95

bléia Legislativa, de que o Partido dos Trabalhadores se reuniu neste final de semana a sua estância deliberativa, e analisou com profundidade o caso INPACEL, a transferência de recursos públicos e ICMS para socorrer uma empresa do grupo do BAMERINDUS e nós tiramos uma conclusão a esse respeito Deputado Alborghetti, não nos basta fazer a crítica ao procedimento do Governo. Queremos demover o Governador Jaime Lerner desta intenção, porque estamos convencidos que os recursos públicos, a arrecadação que os contribuintes depositam ao Governo do Estado é em primeiro lugar para socorrer a educação, para socorrer a saúde, para promover o desenvolvimento humano do Estado do Paraná.

Estou cansado, Deputado Alborghetti, de ouvir anos após anos de que em nome do desenvolvimento, recursos e mais recursos são drenados para a iniciativa privada e ao contrário no lugar de promover os empregos, no lugar de promover o desenvolvimento da nossa gente o contrário acaba acontecendo. O Banco BAMERINDUS com o pretexto de desenvolver uma região, que é a região do Norte Pioneiro lá em Arapoti onde está instalada a INPACEL, só um dos acionistas da INPACEL que é o Banco BAMERINDUS, nos últimos quatro anos demitiu 10 mil bancários do seu banco. Só neste mês que passou 127 funcionários do BAMERINDUS foram demitidos. Ora, se o pretexto é geração de empregos? É geração de impostos? O Estado não vai arrecadar, vai aumentar a lucratividade? Vai aumentar a lucratividade para quem? Para o Grupo do José Eduardo Vieira.

Sugiro que o Senhor José Eduardo venda uma fazenda sua, venda a ULTRAFÉRTIL, venda a sua participação na CSN e deixe de querer pegar recursos públicos para socorrer a sua empresa processadora de papel. É nesse sentido que o PT, a partir de amanhã, estará na rua com uma nota explicando ao povo do Paraná e exigindo que o Governador Jaime Lerner não coloque um centavo do dinheiro público para socorrer a INPACEL, seja através de incentivo, seja através da rolagem da dívida, enfim, de quaisquer mecanismos que sejam, mais do que isso, estamos procedendo a um abaixo-assinado que será distribuído aos 80 mil professores da rede escolar de educação de 1º e 2º Grau do Estado do Paraná, solicitando ao Governador do Estado que não canalize um centavo sequer do ICMS para o único Cidadão Nota 10, que até agora apareceu, que é o Cidadão Nota 10. Senhor José Eduardo de Andrade Vieira.

Era isso, senhores Deputados.

Concedo aparte ao Deputado Nelson Justus.

O Sr. Deputado Nelson Justus - Confesso,

Deputado Vanhoni que na primeira vez que aparteei quando tratou desse assunto, imaginei que fosse algum roubo pessoal, partidário, o que eu até entendo, mas a partir do momento em que o PT se reúne para apreciar uma matéria tão importante como essa e chegar a criar um abaixo-assinado, uma moção de desagravo ao Governo do Estado por promover um projeto tão importante como essa e chegar a criar um abaixo-assinado, uma moção de desagravo ao Governo do Estado por promover um projeto tão importante como esse, fico surpreso e triste, porque sempre tive o PT como um partido atuante e inteligente e essa é uma medida burra, porque, ora, Deputado Vanhoni, não consigo distinguir o trabalho sem o capital. Não é possível (e Marx dizia isso), não é possível o trabalho sem o capital.

Ora, não se está colocando e é importante que se diga isso, meu Deus do céu! Não se está colocando dinheiro do Estado em empresa alguma. O que se está fazendo é através de uma lei muito inteligente, criando incentivos e quem colocaria (e é importante que V.Exa. saiba e vou lhe fornecer todos os documentos para isso). Quem está colocando esses 20% é a iniciativa privada. São parceiros, são empresas que, ao invés de recolherem os seus 20% de ICMS, eles recolheriam através de um Fundo, 20%, prorrogáveis em 48 meses, para as empresas que através de um projeto, demonstrassem a viabilidade de salvação de sua empresa, que não é o caso da INPACEL. A INPACEL estaria e V.Exa. talvez não saiba disso, estaria criando mais uma empresa ao lado da que já tem. De igual maneira fez a Batavo, fez a Maizena e tantas outras empresas que aí sim, estariam não só dando mais trabalho e ajudando o Partido dos Trabalhadores que tanto briga na luta pelo trabalho e também contribuindo com muito mais ICMS para o nosso Estado. Não posso entender, senão como uma medida "burra" e partidária e radical de pessoas que se contrapõem a uma idéia muito boa do Governador do Estado.

E pode ter certeza que isso não tem objetivo nenhum de salvar situação financeira desta ou daquela empresa. Até porque devo acreditar que a INPACEL não tenha mais nenhum interesse nisso. O que se viu é que a partir do momento em que existe uma lei é para todos, aqueles mais organizados procuraram se utilizar desse recurso que beneficiam o nosso Estado. É uma idéia excelente do Governador que beneficia o nosso Estado nessa guerra fiscal para atrair empresas de outros Estados e para aqueles que já têm sua empresa, aqui, ampliar. Não sai um centavo do governo do Estado. Seria criado um pool de 20%, através de empresários do nosso Estado, que

estariam dirigindo esse 20% do seu ICMS em empresas que tenham condições de dar lucro. É um projeto excelente e vou fazer questão de entregar para o Senhor e debater. Porque me preocupei analisando com cuidado a própria Lei de autoria do Deputado Anibal Khury é excelente.

Hoje, pela manhã, distribuíamos essa Lei no gabinete da Presidência e é um aperfeiçoamento de uma Lei que já existe. Agora se nós tivermos aqui que falar outras línguas para que o PT entenda, eu falo 4! E não é possível! Não consigo entender como uma pessoa do seu alcance, se fosse um outro Deputado que não tivesse a preocupação que V.Exa., até entenderia. Mas, pelo amor de Deus, quero crer que V.Exa. não leu a mensagem encaminhada pelo Governo do Estado. E não conhece a fundo. Tanto não conhece que está impedindo de que vão recursos do Estado para a empresa INPACEL. Isso não existe! De onde saiu isto? Isto é de uma extrema ignorância pública e política. Nunca se falou isso. O que efetivamente diz o projeto: 20% tirado de outras empresas que queiram pertencer, participar de um pool e é um alto negócio para todos. Mais emprego e mais ICMS.

O SR. ANGELO VANHONI - Deputado Nelson Justus, V.Exa. sabe o apreço que tenho pela sua postura como Deputado nesta Casa. Se alguém adotou alguma política burra não foi o PT. Nós, antes de tomarmos esta decisão, solicitamos a Assembléia Legislativa de que este projeto tão bom, de que este projeto que beneficia o Estado fosse mandado para os Deputados da Assembléia. Essas informações foram negadas pelo plenário da Assembléia Legislativa. Com apoio da Bancada do Governo. Fomos mais adiante: gostaríamos de ter aqui, no plenário, a presença do Secretário de Finanças que é a pessoa encarregada de discutir e de detalhar este projeto que V.Exa. tão bem conhece, para o conjunto dos Deputados, e, surpresos, vimos a Bancada do Governo negar essas informações.

Ora, V.Exa. não vai me convencer a não ser que o Governo venha a esclarecer estas questões para o povo do Paraná, não vai me convencer em cima de um eufemismo de que tirar 20% de uma empresa, tirar 20% de outra empresa para carregar para outra empresa, não está drenando os cofres do Estado do Paraná?

Então são essas dúvidas, Deputado Nelson Justus, que gostaríamos de ter esclarecido através do nosso Pedido de Informações do nosso Requerimento da presença do Secretário de Finanças. Pois bem, nossa Bancada pode, tranquilamente, amanhã vamos reapresentar o pedido de Requerimento do Secretário de Finanças para que venha esclarecer, de uma vez por todas, o que é

repassa ou a Lei de Incentivos Fiscais com o objetivo de socorrer ou ampliar investimentos no Estado do Paraná. Espero que daí a Bancada do Governo desta vez apóie o nosso requerimento da presença do Secretário de Finanças para que venha esclarecer de uma vez por todas o que acontece em relação a INPACEL ou a essa lei de incentivos fiscais no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. NELSON JUSTUS - Quero só aqui, Deputado Vanhoni, com a devida vênua, a partir deste momento, já me colocar à favor do requerimento de V.Exa. e encaminho favoravelmente para que o Secretário aqui venha, para que se acabe de uma vez por todas, Deputado Vanhoni, que a lei nada tem a ver, muito menos com INPACEL, com BAMERINDUS, ou com Zé Eduardo. É uma lei de todo o Estado, que serve para todos os paranaenses. É importante que se diga isto. O que eu não posso admitir aqui nas entrelinhas V.Exa. e o Partido de V.Exa. a todo o instante queira misturar alhos com bugalhos. Zé Eduardo não tem nada a ver com esta lei, não tem nada a ver com isto.

O SR. ANGELO VANHONI - Vamos esclarecer então quando o Secretário das Finanças vier a este Plenário. Obrigado.

O SR. NELSON JUSTUS - Agora eu esclareço e V.Exa. não entende.

Então, amanhã vou falar em castelhano para ver se V.Exa. compreende.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - PDT com a palavra.
Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, há pouco pedi ao ilustre Deputado Carlos Simões um aparte e não tive oportunidade de concluir o meu raciocínio vem acrescentar o que eu já tinha falado.

O Deputado Toti Colaço colocou aqui a questão de opressão. Desculpe-me o Deputado Toti Colaço quando ele coloca-se a dizer que houve opressão à rádio, porque esta rádio poderá funcionar onde ele bem quiser. Não é opressão e ele continuará se comunicando com os seus eleitores, com os seus ouvintes onde ele alugar uma sala. E eu falava há pouco aqui com o Departamento da Prefeitura que me prestava esclarecimentos.

Não é justo, Srs. Deputados, que o Deputado Carlos Simões tenha um lugar de privilégio na Praça Rui Barbosa há mais de dez anos sem pagar um centavo de aluguel, quando os cidadãos, os donos de bancas, há mais de dez anos pagam religiosamente à Prefeitura de Curitiba. O Deputado Carlos

Curitiba, segunda, em 28.08.95

Simões permanece na praça Rui Barbosa até o presente momento porque acredito que não teve nenhum Prefeito que tivesse coragem de fazer com que a justiça fosse feita. Hoje o Prefeito Rafael Greca fez comunicado ao Deputado Carlos Simões pedindo a ele que participasse das concorrências de aluguel, quando todos os cidadãos que usam aquelas dependências pagam aluguel. O Deputado Carlos Simões não participou das concorrências e simplesmente se negou a desocupar aquele logradouro e aquele lugar público aonde é de todos os cidadãos curitibanos e paranaenses.

A atitude tomada através da justiça. Deputado Rosinha, foi tomada devido ao não atendimento do Deputado Carlos Simões quando foi pedido aquele espaço. Outra questão colocada pelo Deputado Carlos Simões de que o investimento que o Prefeito Rafael Greca está fazendo nas dependências da Rui Barbosa, dizendo que não deve ser feito e deve ser investido nos bairros de Curitiba.

Ora, Srs. Deputados, o Prefeito Rafael Greca hoje vem sendo aprovado pela maioria da população curitibana e estão aí as pesquisas. Ora, Senhores Deputados, se nós estamos discutindo aqui aonde deve ser investido dentro da capital do Estado, isto é uma questão, primeiro dos Vereadores de Curitiba, porque quem fez o Orçamento de Curitiba foram os Vereadores e esta questão aonde deve, aonde pode e aonde vamos investir deve ser decidido pelo Senhor Prefeito, pelos munícipes de Curitiba e principalmente pelos Vereadores que aprovaram o Orçamento da Prefeitura.

É claro que eu não posso deixar de reconhecer que o Deputado Carlos Simões coloca aqui a questão se fazendo de vítima, de mártir. Mas não é esta a questão, se o Deputado Carlos Simões tivesse atendido o pedido da Prefeitura, porque a Prefeitura nada mais quer nada mais deseja que todos os cidadãos que ocupam aquelas dependências públicas da Praça Rui Barbosa paguem. Ora, meus companheiros, se um simples cidadão que mora e que ganha seu pão do dia a dia na Praça Rui Barbosa, vendendo jornais e revistas, tem que mensalmente, religiosamente dar a sua contribuição e participar das concorrências daquele local, agora não é o Deputado Carlos Simões que deve, por um favor e por prestígio político permanecer naquelas dependências! O Deputado Carlos Simões permanece nas dependências da Praça Rui Barbosa há mais de 10 anos, por uma ordem dada pelo Prefeito Maurício Fruet, e hoje nós temos que enaltecer a atitude do Prefeito Rafael Greca, que vem aqui fazer justiça. Porque eu estaria aqui na Tribuna fazendo a defesa do Deputado Carlos Simões, se ele estivesse pagando o aluguel religiosamente, como o

restante dos cidadãos que lá estão pagando.

E quero dizer aos Senhores, o Prefeito Rafael Greca está fazendo um estudo para implantar em Curitiba mais um trabalho inédito da Prefeitura de Curitiba, implantar em Curitiba a Rua do Rádio que será na Rua Senador Alencar Guimarães. E aí eu convido o grande locutor e o grande radialista de Curitiba, Carlos Simões, para que se habilite e participe da concorrência e vá fazer o seu programa na Rua do Rádio, pagando o seu aluguel religiosamente, porque aqui temos que fazer justiça e ela está sendo feita pelo Prefeito Rafael Greca! Muito obrigado.

O SR. CARLOS SIMÕES - Mais uma vez me permito colocar, respeito a opinião do Deputado Rossoni, mas não aceito. Primeiro porque ele não conhece os problemas de Curitiba, porque não tem nem tempo de militar aqui. Na verdade quero deixar bem claro aqui, para que ele não confunda, não sou impostor! Lá na Praça Rui Barbosa tem mais de 400 comerciantes que não pagam aluguel, são bancas parecidas com a minha, são mais de 400. Outros tem prédio sim. São todos como eu, usam um pequeno espaço e a Praça é tão grande, aquela praça é grande, é uma enormidade! Quanta coisa se pode fazer! Repito mais uma vez, não sou impostor, não sou invasor! E estou sendo perseguido pessoalmente, politicamente pelo Prefeito de Curitiba, covarde, que não veio ao debate, já convoquei. Vamos ao rádio, na televisão, em qualquer local, vamos debater os problemas de Curitiba, eles que se dizem professores de Deus, vamos conversar, vamos abrir o jogo, com absoluta clareza!

O SR. ROSSONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de aqui colocar ao Deputado Carlos Simões que o Senhor teria absoluta razão se V.Exa. estivesse legal, pagando, com o pobre cidadão, que vende jornal e revista para sobreviver está pagando!

Agora não é porque V.Exa. tem 100.000 votos que o Prefeito de Curitiba não tem a coragem de fazer justiça. Ele está fazendo em nome da população de Curitiba, porque ele vai dar a oportunidade a todos os radialistas do Paraná, implantando a Rua do Rádio que fica logo ali do lado e dará a oportunidade a V.Exa.

O SR. ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, uma questão de esclarecimento aos Senhores Deputados que militam na política do interior do Paraná não conhecem a realidade da nossa cidade, mas é verdade o seguinte, enquanto o Deputado Carlos Si-

mões apoiou o Senhor Rafael Greca, o Senhor Rafael ia a praça, dava entrevista na rádio do Senhor Carlos Simões e aplaudia o trabalho dele, quando ele passou a criticar, manda a polícia despejar o Senhor Carlos Simões.

Na verdade o tratamento dele não é jurídico, é político e de fato o Senhor Carlos Simões está sendo perseguido pelo Prefeito de Curitiba, Rafael Greca.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 348/95, subscrito pelo Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 28 do corrente mês, em função de viagem ao Município de Itararé, Estado de São Paulo, onde estará recebendo o Título de "Cidadão Itarareense". **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei complementar de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/95, de autoria do Poder Judiciário, que fixa o vencimento de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Em votação.**

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Na última quinta-feira, já fizemos o

encaminhamento também desse projeto e chamamos a atenção, naquela ocasião, e queremos reforçar agora, pela maneira como é tratado o servidor público do Estado do Paraná.

Primeiro, dizer que ao longo da história, pelo menos que eu tenho acompanhado aqui deste Parlamento, os de nível tipo Desembargadores, Juizes, Conselheiros e mesmo Secretários de Estado, têm recebido um reajuste sempre diferenciado e muito superior ao que os demais servidores percebem. E novamente constatamos isso.

É lógico que isso, ao longo do tempo, vai criando desigualdades e injustiças e todas as expectativas que os servidores têm a respeito de um governo rapidamente, já se decepciona com esse governo, mesmo que tenha passado 6, 7, 8 meses. O exemplo dessa decepção é até inclusive o que foi deixado a todos os Deputados, que é uma pesquisa com voto secreto feito pelo SINDISERVIDORES, na qual perguntavam aos servidores qual o desempenho do Governador Lerner em relação a política salarial, data-base dos servidores e recuperação das perdas salariais do funcionalismo. A resposta - 79% - diz que é péssimo esse desempenho e considerado como ótimo só 5% - devem ser aqueles secretários que votaram ou os desembargadores que devem ter votado - se é que a pesquisa foi feita lá.

E quanto a forma de luta, eles indicam: paralisação - 22% ou greve: 55%. Esse tipo de política salarial desenvolvida pelo Poder Executivo, pelo Poder Legislativo e pelo Poder Judiciário, é que leva esse descontentamento de todos os trabalhadores do serviço público, que dizer, se nós, aqui neste Parlamento, democraticamente formos manter os privilégios que os Poderes enviam para cá, estaremos agindo irresponsavelmente.

Por isso que a Bancada do PT, já na C.C.J. questionou, e a Bancada do PT reforça que, assim como os demais servidores, os desembargadores nesse caso teriam que ter 10%.

Inclusive, sabemos que no Poder Judiciário veio uma Mensagem de 53,51% para cá, que discutiremos brevemente e que democraticamente para socializar a miséria, o Deputado Eduardo Trevisan resolveu dar 10% e boa parte da C.C.J. apoiou a socialização da miséria como sempre, a miséria para os de baixo, que continuam miseráveis e os de cima cada vez mais acumulando e não podemos ser favoráveis a isso.

Por isso, votaremos contrários a esse Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Em votação. Senhores Deputados que aprovam. **Aprovado, artigo por artigo.**

Com voto contrário do PT.

Curitiba, segunda, em 28.08.95

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 164/95, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a "Federação das APAE's do Estado do Paraná". COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/95, de autoria do Deputado Plauto Miró, que declara de Utilidade Pública a "Associação Irmãs Cavanis" e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 265/95, de autoria do Deputado Eduardo Lacerda Trevisan, que declara de Utilidade Pública a "Associação Brasileira dos Criadores de Gelbvieh (ABCG)", com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 283/95, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que cria a Região Administrativa do Médio Noroeste do Estado do Paraná, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 288/95, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que declara de Utilidade Pública o "Centro Profissionalizante Ágape Smith - CEPAS", de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 090/95, de autoria do Deputado Nereu Moura e outros, que revoga o artigo 2º da Lei Complementar nº 56/91 (Municípios). PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 28, de 03.04.95).

nº 56/91. A iniciativa é de diversos Deputados.

A Constituição Federal, em seu art. 18, § 4º, dá competência ao Estado para legislar sobre a criação de novos municípios, dispondo:

"A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas." A Constituição Estadual, em seu artigo 19, trata da criação de novos municípios, dispondo que:

"Lei complementar estadual disporá sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios.

§ 1º - Os seguintes requisitos serão observados na criação de Municípios:

- I - efetivação por lei estadual;
- II - consulta prévia, mediante plebiscito à população da área a ser incorporada, fundida ou desmembrada;
- III - preservação da continuidade e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano;"

Examinando-se a Lei Complementar nº 56/91, à luz da legislação citada, vamos constatar o cuidado que os legisladores tiveram ao separarem nitidamente os requisitos exigidos pela legislação constitucional, em: requisitos fundamentais e requisitos formais.

Os requisitos fundamentais estão contidos nos artigos 1º e 2º. Ou seja: a criação, incorporação, fusão ou desmembramento, dependem de lei estadual, que será precedida de comprovação dos requisitos estabelecidos na Constituição do Estado, na lei complementar regulamentadora e no plebiscito.

O art. 2º aponta os requisitos indispensáveis à criação do município: população, eleitorado, centro urbano.

Ora, não poderia ter sido à toa que os legisladores colocassem tais requisitos como fundamentais. Na realidade estavam os mesmos apenas atendendo o preceito da nossa Lei Maior, repetido pela Constituição do Estado, que determinavam que a criação, incorporação, fusão ou desmembramento "preservem a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano".

A prevalecer a pretensão dos nobres Deputados autores do projeto, estaremos ferindo os preceitos constitucionais em questão. Não há como preservar continuidade e unidade histórico-cultural do meio ambiente urbano, em um lugarejo ou distrito de 2.000, ou até de 1.000 habitantes, onde o número de eleitores seja 400 ou 200. Não foi por acaso que a lei estipulou em 5.000 o número mínimo da população,

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 90/95
VOTO EM SEPARADO

P A R E C E R:

Em exame nesta Comissão, o Projeto de Lei Complementar nº 090/95, que visa a revogação do artigo 2º da Lei Complementar

eleitorado de 20% e centro urbano com número de casa superior a 100.

Os três parágrafos do art. 2º complementam o "caput" do mesmo, sendo que o § 1º é taxativo ao impedir a criação de município que não atenda os requisitos exigidos na lei.

Os demais artigos tratam apenas de requisitos formais. Ou seja, que disciplinam o procedimento e a forma para criação e consulta plebiscitária; instalação e outros procedimentos meramente formais na criação do município.

Assim, uma vez arrancado o art. 2º do corpo da lei, através da revogação do artigo em seu todo - como pretende o projeto em exame - estaremos tornando a Lei Complementar nº 56/91 uma lei morta, sem vida, porque não terá condições de produzir os efeitos legais desejados pelos legisladores que a construíram.

Nos valem do eminente de Plácido e Silva, no seu insubstituível "Vocabulário Jurídico", para definir o que seja Requisito Fundamental.

"Os requisitos fundamentais, ou pertinentes ao fundo, são os que devem vir com a própria coisa. São partes integrantes dela, que não pode mostrar-se sem eles. Fazem a individualidade da coisa. E se apresentam como partes intrínsecas ou inerentes dela.

"Assim, os requisitos fundamentais, dizem-se também requisito intrínsecos ou viscerais, porque sem eles as coisas não têm a vida jurídica, que se lhes queira atribuir nem podem produzir os efeitos legais desejados".

Quanto aos demais requisitos da lei, meramente formais, são, como ensina o mestre citado:

"Os requisitos formais constituem as formalidades ou as condições prescritas por lei para a forma do ato jurídico e respectiva eficácia legal."

Desta forma, sendo o artigo que se pretende revogar, o fundo, ou a base da Lei Complementar nº 56/91, não há como excluí-lo, porque estar-se-ia deixando, repetimos, a lei sem vida. Pode o mesmo sofrer modificações, mas jamais ser arrancado, como se pretende, sem que se apresente uma outra base.

E ainda, revogando-se o art. 2º da Lei Complementar nº 56/91, estaremos ferindo os dispositivos contidos nos artigos citados, das Constituições Federal e Estadual.

Não entramos no mérito do Projeto que, se aprovado, trará sérias consequências para os cofres públicos, com a criação de município sem estrutura administrativa e patrimônio suficiente para lhe darem sustentação. Ficamos apenas nos aspectos constitucionais e legais do projeto que, pelo exposto, carece de condições para me-

recer a aprovação desta Comissão de Constituição e Justiça.

É O VOTO EM SEPARADO.

Sala das Comissões, em 30.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

Em votação.

O SR. NELSON JUSTUS - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Antes porém, queremos anunciar a visita do Embaixador da Irlanda do Norte, acompanhado do Senhor Presidente Anibal Khury.

Está suspensa a Sessão por cinco minutos para os cumprimentos do Senhor Embaixador.

Está reaberta a presente Sessão.

Agradecemos a visita dos ilustres Embaixador e o Cônsul.

Esta Presidência concede a palavra, para encaminhar, ao Deputado Nelson Justus, o Projeto nº 090/95.

O SR. NELSON JUSTUS (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O projeto de autoria do Deputado Nereu Moura e outros, revoga o Artigo 2º da Lei Complementar nº 56/91.

Este projeto, tive a oportunidade por diversas vezes de encaminhá-lo; acho de profundo mau gosto e prefiro reconhecê-lo como um equívoco jurídico ou um equívoco ao bom senso para todos nós. Em hipótese alguma sou contra a criação de novos municípios, mas não posso entender que alguém revogue as disposições ou os critérios para a criação dos municípios.

O que é que diz o artigo 2º: "Para criação de novos municípios é necessário que...". Aí estabelece-se doze itens que são os critérios para criação desses municípios.

Ora, se revogamos o artigo 2º e eliminamos esses critérios, aí quero crer que estamos diante de uma brincadeira de péssimo gosto. Por isso, para que esta Assembléia não caia no anedotário nacional, humildemente peço aos meus pares aqui, do Poder Legislativo, que derrotemos essa matéria já mesmo em primeira discussão, para não passarmos vergonha futuramente, porque se eliminar critério para criação de município é, no mínimo, ir contra o bom senso e os pés no chão que esta Casa tem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Para encaminhar, com a palavra, o Senhor Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, para encaminhar.

Queria publicamente pedir aos nobres Deputados, que votem contrários a este projeto. Assinei, cometi um equívoco, porque, confesso, fui pego aqui no Plenário, é um artigo rigorosamente ridículo e que o bom senso não pode fazer se aprovar um projeto igual a esse.

Por isso, peço que votemos contra esse projeto que também sou co-autor, mas que publicamente, faço uma auto-crítica e prometo que na próxima vez em que assinar um projeto, vou ler com maior atenção.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Para encaminhar, o Deputado Joel Coimbra está com a palavra.

O SR. JOEL COIMBRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Início fazendo uma consideração a partir dos comentários do Deputado Nelson Justus, muito bem colocados, mas equívoco jurídico, não é. Seria uma grave aberração parlamentar, porque a Comissão de Constituição e Justiça, percebendo a inconstitucionalidade do projeto, o declarou e não aprovou. Então, este Parlamento não pode aprovar um projeto que é rejeitado pela Comissão de Justiça, porque não haveria sentido levar um projeto à Comissão de Justiça e ele ser rejeitado e virmos aprovar aqui.

É evidente que há um debate interessante a respeito da criação de município, um debate que extrapola os limites do nosso Estado. O próprio Governo Federal, as nossas mais importantes lideranças já manifestaram a sua preocupação e aqui na Casa, percebo duas correntes: de um lado, o segmento parlamentar que advoga a idéia de que a emancipação da comunidade, traz prosperidade, traz justiça e riqueza para estas localidades, através de uma gestão mais aprimorada dos recursos.

Por outro lado, há o segmento que manifesta a sua preocupação e defende o enrigecimento das fórmulas de criação de municípios. A verdade, é que poderíamos, inclusive, prestar melhores serviços à sociedade, continuando com esse debate, aprimorando a nossa inteligência e buscando, quem sabe, uma saída melhor. Mas, neste momento, este projeto não devemos aprovar, porque seria um aviltamento da função legislativa.

Queremos pedir que ele seja rejeitado.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, gostaria apenas aqui de relembrar aos Deputados componentes da C.C.J. que no dia da votação desse projeto, da constitucionalidade ou não dele, a C.C.J. travou um debate de mais ou menos uma hora, e a votação, naquele dia, foi 6 votos favoráveis à inconstitucionalidade

contra 5 votos favoráveis à constitucionalidade. Por um voto cometemos uma aberração hedionda.

Quero aqui, como membro da C.C.J., pedir, encarecidamente aos membros, que em cima deste projeto que erroneamente analisado por uma parcela considerável da Comissão, quase veio a nos colocar numa situação vexatória.

Acho que precisamos refletir nos próximos projetos daquela Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. **Rejeitado.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 128/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que estabelece normas para abate de animais destinados ao consumo e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.A.I.C.. EMENDA DA C.A.I.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 39, de 25.04.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 128/95

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, o Projeto de Lei nº 128/95, tem por finalidade estabelecer normas para o abate de animais destinados ao consumo e dá outras providências.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 17.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DA AGRICULTURA PROJETO DE LEI Nº 128/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei visa à regulamentação das normas para o abate de animais destinados ao consumo e dá outras providências.

De autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Martins, o presente projeto recebeu parecer favorável da C.C.J., em razão de não haver nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental.

É do nosso entender que a proposta apresentada é válida, em especial para frigoríficos que ainda não adotaram métodos mais modernos no sacrifício de animais, sendo também viável no caso de abatedouros municipais.

Após a análise do referido projeto, somos de parecer favorável. Com Emenda Modificativa anexa.

Sala das Comissões, em 06.06.95.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

PROJETO DE LEI N° 128/95
EMENDA MODIFICATIVA

No art. 4°, onde se lê "décimo terceiro mês", leia-se "sexto mês".

No Parágrafo Único, onde se lê "doze meses", leia-se "seis meses".

Art. 4° - O disposto no art. 1° desta lei será exigido a partir do sexto mês de sua vigência.

Parágrafo Único - O prazo referido neste artigo poderá ser prorrogado por até seis meses, a juízo da autoridade competente e mediante requerimento do interessado, desde que comprovada a impossibilidade técnica de adaptação de suas instalações e equipamentos às exigências contidas nesta lei.

Sala das Comissões, em 06.06.95.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente
IRINEU COLOMBO - Relator

Apoiamento: Ricardo Chab.

JUSTIFICATIVA:

A nova redação faz com que o prazo para prorrogação do emprego de métodos modernos seja diminuído, contribuindo assim, para agilização quanto aos procedimentos de manipulação a serem utilizados para o abate de animais destinados ao consumo. É importante levar em consideração a exigência dos países importadores, quanto aos procedimentos de manipulação, controle de qualidade e origem dos alimentos.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 162/95, de autoria do Deputado Irineu Colombo, que denomina de Rodovia Coluna Prestes, a PR-488 que inicia em Santa Helena, passando por Diamantina D'Oeste e Vera Cruz, até a BR-277. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 48, de 10.05.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 162/95

Relator: Deputado Beto Richa

I - O RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei n° 162/95, da autoria do ilustre Deputado Irineu Mário Colombo, que denomina de "Rodovia Coluna Prestes", a PR-488, que inicia em Santa Helena, passando por Diamantina D'Oeste e Vera Cruz, até a BR-277.

II - O VOTO DO RELATOR

O projeto é constitucional, sob todos os ângulos em que seja examinado, e quanto à sua legalidade nada se pode arguir.

No que se refere ao mérito, é de louvar-se a iniciativa do seu autor que, em

justa homenagem, relembra o admirável feito da Coluna Prestes, acontecimento ímpar na História da Primeira República.

Nosso voto é pelo prosseguimento e conseqüente aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 06.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
BETO RICHÁ - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 162/95

P A R E C E R:

Para análise desta Comissão o projeto de autoria do Deputado Irineu Colombo que denomina de Rodovia Coluna Prestes, a PR-488.

De acordo com o § 6° do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa, compete a esta Comissão manifestar-se sobre proposições relativas à presente matéria.

Face a justificativa apresentada pelo autor do projeto em análise somos de parecer favorável à presente proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.06.95.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente
PÉRICLES MELLO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sobre a mesa, Requerimento n° 2411, de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2427 e 2434, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2413, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2414, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2416 e 2417, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2432, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata)**

Requerimento n° 2423, de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2424 a 2426, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2421, 2422, 2429 e 2431, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente.

Curitiba, segunda, em 28.08.95

Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2430, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2435, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2428, de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2438 e 2439, de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constantes do expediente. **Retirados pelo autor.**

Requerimento n° 2415, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2440, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2436 e 2437, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 29, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s: 054, 128, 162 e 304/95.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s: 140, 300, 302, 309 e 324/95.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK, EM SESSÃO DO DIA 28 DE AGOSTO DE 1995.

Que a Kaiser seja Original
Luiz Carlos Castilho

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI
APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK,
EM SESSÃO DO DIA 28 DE AGOSTO DE 1995.

Que a Kaiser seja Original.

Luiz Carlos Castilho.

A cidade, vive, a partir de amanhã, a expectativa da recuperação de seu orgulho, ferido no último dia do ano de 1993, quando perdeu, mais do que uma tradicional indústria, seu mais tradicional produto, que era sinônimo de parte de sua própria história. Naquele dia, o pontagrossense recorda e deverá levar ainda muito tempo para esquecer, se isso for possível, era anunciado o fim das atividades da Companhia Sulina de Bebidas Antártica, unidade fabril de Ponta Grossa. Deixava a cidade a antiga fábrica de cervejas e levava consigo a marca registrada da nossa Cerveja Original, nos tirando um pedaço do orgulho de sermos pontagrossenses e produzirmos, aqui, com a nossa água espetacular, algo que somente nossa cidade poderia produzir, com a qualidade que somente nossa cidade pode oferecer.

Águas que passaram e não mais movem o moinho do desenvolvimento de Ponta Grossa. É verdade. Mas, vale recordar o orgulho com que os pontagrossenses sempre abriam uma garrafa de original, para oferecer, como produto raro, a seus visitantes, nas festas de final de ano, nas comemorações especiais. Com o mesmo orgulho com que presenteava seus amigos, levando ou enviando garrafas do produto genuinamente pontagrossense, conhecido no Brasil inteiro, e invejado nos mais diversos pontos deste gigante País. Como vale observar que, ninguém, que adquire, de fato e de direito, um patrimônio da cidade, como uma antiga mansão, ou uma bela área ecológica, poderá levá-los daqui, porque ninguém pode ser considerado dono da história de uma cidade. E a nossa Cerveja Original era um patrimônio da cidade, que aqui nasceu e criou raiz, mas que, hoje, não tem pátria, não tem cidadania. Foi-se, assim, a história da Companhia Adriática, um pedaço da nossa própria história.

Como moinhos se movem pelas águas que vêm, uma nova história começa, agora, recuperando essa parte do orgulho da gente de Ponta Grossa, que fica sem sua Original, mas, que continuará fabricando cerveja, e levando, seus

produto para diversos pontos do País. Não será uma cerveja rara, mas terá a rara qualidade de ser fabricada com a água de Ponta Grossa. Que, bem vinda, então, seja a Kaiser, a marca da grande cerveja, que "mais grande" passa a ser, pelas mãos do trabalhador pontagrossense, que a nova indústria empregará. Que bem vinda seja, para lavar a alma da nossa gente.

Embora, certamente, os novos empresários que aqui aportam conheçam o nome e, com mais apuro, até a história da Cerveja Original, não de saber, também, que ninguém, além do pontagrossense, consegue dimensionar a importância dessa marca, desse nome. E, talvez por isso, imaginem que a alegria do povo de Ponta Grossa, em receber a nova fábrica, venha dos empregos diretos e indiretos que irá oferecer. Ou pelo volume de impostos, também diretos e indiretos, que engrossarão a expectativa de desenvolvimento do nosso Município. Terão, esses novos amigos, que conviver e conversar com a nossa gente, para entender a razão principal dessa alegria: O orgulho que renasce no seio de um povo que trabalha e que produz por amor à sua cidade.

Uma troca, na verdade. Se Ponta Grossa precisava da Kaiser para voltar a bater no peito, a Kaiser precisava de Ponta Grossa para instalar sua fábrica no ponto mais privilegiado, o maior entroncamento rododiferroviário do Sul do País; se a cidade recebe, com a Kaiser, centenas de novos empregos e novas divisas, a Kaiser recebe de Ponta Grossa, a oportunidade de fabricar a melhor Kaiser do Brasil.

Que bom se a Kaiser viesse a criar uma nova cerveja, exclusiva da cidade, se não fosse pedir muito, para que pudéssemos nós, de novo, receber os amigos ou presentear-los com uma cerveja só nossa. Mas, que a Kaiser, de Ponta Grossa, seja original. E nós, daqui, já estaremos satisfeitos. E, mesmo que o sentimento da perda não se esvazie a curto, ou mesmo a médio prazo, já poderemos dizer que deixamos de fabricar Original, mas passamos a fabricar uma grande cerveja.